
SUMÁRIO

PARTE I RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005

INTRODUÇÃO	6
1. A AGRICULTURA BRASILEIRA EM XEQUE	8
1.1 <i>A agricultura brasileira em marcha forçada entre 1999 a 2003</i>	8
1.2 <i>Os gargalos para o setor produtivo</i>	9
1.3 <i>Desacelerando o motor da economia</i>	10
1.4 <i>A crise anunciada</i>	11
1.5 <i>Os efeitos da crise e as expectativas para 2006</i>	12
1.6 <i>A agricultura não é prioridade no governo</i>	13
1.7 <i>Tratoração: o alerta do campo</i>	16
2. MEIO AMBIENTE	16
2.1 <i>Reserva Legal</i>	16
2.2 <i>Evento Reserva Legal em Cascavel</i>	17
2.3 <i>Liminar da reserva legal</i>	17
2.4 <i>Projeto de Lei na Assembléia Legislativa</i>	17
2.5 <i>Suinocultura</i>	18
2.6 <i>Unidades de Conservação</i>	18
2.7 <i>Conferências de Meio Ambiente</i>	19
2.8 <i>Auditoria Ambiental Compulsória</i>	19
2.9 <i>Lei de Agrotóxicos</i>	20
2.10 <i>Conselho Estadual de Meio Ambiente</i>	20
2.11 <i>Recursos Hídricos</i>	20
2.12 <i>Conselho da APA de Guaraqueçaba</i>	21
2.13 <i>Caso APA de Guaratuba</i>	21
2.14 <i>Denúncia MST-Araupel</i>	22
3. POLÍTICA FUNDIÁRIA.....	22
3.1 <i>Recomendações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA</i>	23
3.2 <i>Recomendações ao Executivo Federal</i>	23
3.3 <i>Recomendações ao Executivo Estadual</i>	24
3.4 <i>Recomendação à Assembléia Legislativa</i>	25
3.5 <i>Recomendações ao Ministério Público</i>	25
3.6 <i>Índices de produtividade</i>	25
3.7 <i>Faixa de fronteira</i>	26
4. TRANSGÊNICOS.....	27
5. ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA	28
6. ISENÇÃO DE COFINS.....	29
7. REIVINDICAÇÕES DO PARANÁ.....	30
8. REFORMA SINDICAL	30
9. PECUÁRIA	31
9.1 <i>Conseleite</i>	31
9.2 <i>Comissão Técnica De Bovinocultura De Leite</i>	34
9.3 <i>Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte</i>	39
9.4 <i>Programa de Produção Paranaense de Carnes e Leite com Base a Pasto</i>	44

9.5 Programa de Produção de Carnes e Leite	46
9.6 Atividades realizadas	46
9.7 Workshop sobre integração lavoura – pecuária:	46
9.8 Seminários Estaduais sobre Integração Lavoura Pecuária - ILP.	47
9.9 Encontros dos grupos participantes do Treino & Visita	47
9.10 Palestras técnicas	48
9.11 Conclusões.....	48
9.12 Comissão Técnica de Ovinocultura e Caprinocultura.....	48
9.13. Comissão Técnica da Suinocultura.....	49
9.14. Comissão Técnica da Avicultura	50
9.15 Fundeppec-PR.....	51
10. DEFESA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL.....	51
10.1 Corte nos recursos para Defesa Sanitária	54
11. O CASO DA SOJA.....	54
12. O CASO DO MILHO.....	56
13. O CASO DO TRIGO.....	57
14. INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	60
14.1 Modal Portuário.....	60
14.2. Modal Ferroviário	61
14.3. Modal Rodoviário	63
15. COMISSÃO TÉCNICA DE GRÃOS	64
16. PROAGRO, SEGURO AGRÍCOLA E RECURSOS SAFRA 2005/2006.....	65
16.1 Proagro	65
16.2 Seguro Agrícola.....	66
16.3 Recursos Safra 2005/2006.....	67
17. COMISSÃO TÉCNICA DE HORTIFRUTICULTURA.....	71
18. COMISSÃO TÉCNICA DE CANA-DE-AÇÚCAR.....	72
19. CONSECANA PARANÁ.....	73
20. COMISSÃO TÉCNICA DE CAFÉ.....	74
21. VIAGENS TÉCNICAS	74
21.1 Europa.....	75
22. ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL.....	76
23. CASA EM ORDEM.....	77
24. SEMINÁRIOS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	78
25. COMUNICAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA FAEP.....	78
26. SINDICAL.....	80
26.1 Parcerias.....	80
26.2 Contabilidade Sindical.....	83
26.3 Assessoria de Previdência Social Rural.....	84
26.4 Trabalhador Avulso Rural.....	84
26.5 Encontro de Produtoras Rurais	85
27. FÓRUM FUTURO 10 PARANÁ.....	85
28. SEMINÁRIOS, ENCONTROS DE PRODUTORES, CURSOS E TREINAMENTOS.....	86
29. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	87
30. PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL.....	88
31. SENAR-PR.....	89

PARTE II
RELATÓRIO FINANCEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL.....
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....

PARTE III
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - 2006

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2006

PARTE IV
PLANO DE TRABALHO 2006

PLANO DE TRABALHO 2006.....

INTRODUÇÃO

Quando a atual diretoria da Federação assumiu, há 3 anos, havíamos alertado para os anos difíceis que teríamos pela frente, em razão das mudanças na presidência da República e no governo do Estado. Aos desafios que o sistema sindical rural sempre enfrentou, somaram-se outros, mais sérios e perigosos, que vieram confirmar as nossas previsões.

Em primeiro lugar gostaria de mencionar a crise da agropecuária que eclodiu no segundo semestre de 2004, mas tem suas raízes em anos anteriores, fruto de uma política agrícola negligenciada pelo Governo Federal, mesmo que o setor agroindustrial – que depende visceralmente da produção rural – venha obtendo para o país as necessárias divisas, através de constantes saldos líquidos na balança comercial.

Mas ao invés de reconhecer a importância do setor, o Governo Federal estabelece políticas que apenas ajudam a agravar a crise, sem que tenha dado uma solução adequada. Não foram apenas a seca e os preços internacionais em queda que conspiraram contra os produtores rurais. A política cambial de permitir que o real se mantenha sobrevalorizado é muito mais nociva que as intempéries. O sucateamento e a falta de investimentos na infra-estrutura, a tributação indireta, a proteção a um sistema de navegação de cabotagem medieval, que permite feudos, tudo isso contribui para que o campo perca renda, se atole em dívidas e veja o futuro com frustração.

E não é apenas isso: aqui no Estado enfrentamos um governo que não respeita os produtores rurais a ponto de querer proibir a escolha do produto a ser plantado. Relembro os episódios da soja transgênica que nos levaram a impetrar três mandados de segurança contra o Governo do Estado: para liberar o plantio, para permitir o uso do glifosato e, finalmente, para exigir a exportação via Paranaguá. Dos dois primeiros ganhamos liminares, o do porto nossa liminar foi suspensa, mas o litígio judicial vai continuar.

Algo parecido faz o governo do Estado em relação ao meio-ambiente: autua produtores rurais – chegou a prender vários, injustamente. Não aceitam propostas que fazemos para solucionar não apenas questões legais como a da Reserva Legal, como para preservar matas nativas.

Esses três anos têm sido difíceis, de constante sobressalto e de permanente vigilância atentos à próxima armadilha inventada pelos governos.

Em alguns casos tivemos sucesso, como no caso do plantio da soja, da derrubada da intenção da cobrança antecipada do Imposto de Renda do produtor rural, da isenção da Cofins em produtos agropecuários e seus insumos. Conseguimos evitar a aprovação de uma absurda Reforma Sindical que enfeixaria nas mãos de algumas centrais sindicais toda a política de classe do país. Tudo isso, com o apoio e o trabalho de um grande número de parlamentares que nunca faltaram ao nosso apelo.

O próximo ano também será difícil. Em 2006 continuaremos enfrentando governos que não nutrem simpatias pelo setor rural. Não é possível avaliar como serão os dois outros anos da gestão simplesmente porque o que acontecerá politicamente ao país nas próximas eleições é uma incógnita.

Por este relatório, os companheiros representantes poderão avaliar o que foi este ano de 2005 bem como terão uma breve retrospectiva da atual gestão.

Ágide Meneguette
Presidente

1. A AGRICULTURA BRASILEIRA EM XEQUE

Nos últimos anos a agricultura brasileira tem apresentado um crescimento extraordinário. Os números são realmente impressionantes. O país se tornou um grande exportador nas principais *commodities* agrícolas como soja, carne, açúcar, suco de laranja, café e algodão.

O Brasil saiu de 57,1 milhões de toneladas de grãos na safra de 1990/91 para 119,4 milhões na de 2003/04, um crescimento de 106%, enquanto que no mesmo período a área cultivada expandiu 26%, representando um aumento de produtividade três vezes maior que a área, fruto do ajustamento em investimentos e tecnologia realizado pelos produtores para atender o aumento da demanda mundial.

A economia, a sociedade brasileira e o governo colheram os louros pelo sucesso do agronegócio. O setor sustentou ano após ano o superávit da balança comercial e em 2004 foi responsável por saldo comercial de mais de US\$ 30 bilhões. O decantado superávit da agricultura, em essência, não tem representado um superávit do agricultor, o que em si mesmo é um contra senso.

1.1 A agricultura brasileira em marcha forçada entre 1999 a 2003

É preciso repensar o que ocorreu na agricultura nos últimos anos para entender como o país alcançou uma posição de destaque no cenário internacional do agronegócio e por que, mesmo com este *status*, no campo o produtor passa por uma crise de renda. Analisar a flagrante desproporção entre o que o setor demonstra, e o que é a realidade dos que o compõem, se torna essencial para compreender uma situação que poderá custar um retrocesso do agronegócio e os seus desdobramentos afetarão a renda de todos os setores da economia brasileira nos próximos anos.

A desvalorização cambial de 1999 simultânea a elevação dos preços internacionais para todas as *commodities* faz com que o Brasil passe a figurar como um importante *player* no mercado internacional do agronegócio, motivado pelo grande impulso para a geração de excedentes, especialmente na oferta de grãos, destinados ao mercado externo.

Esta nova posição do agronegócio nacional só se tornou possível devido às secas no Canadá, na Austrália e especialmente nos EUA (que gerou uma queda da produção

de grãos), “doença da vaca louca” na Europa e nos EUA, e por fim ao aumento da demanda por produtos na China.

Estes eventos combinados produziram no mercado uma alavancagem da demanda pelos produtos brasileiros entre 1999 e início de 2004. Os produtores aproveitaram uma janela de oportunidade e ampliaram seus investimentos, aumentando a produção para suprir o consumo interno e a expansão das exportações.

Os produtores adquiriram máquinas, equipamentos e renovaram as tecnologias dos seus empreendimentos com o intuito de aumentar a produtividade e produção. Esse investimento foi feito em grande parte através de linhas de financiamento de médio prazo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a maior parte ainda tem parcelas a vencer.

Este período fica conhecido como o grande *boom* do agronegócio e se configura como um momento único para a agropecuária brasileira. O país ultrapassa seus concorrentes na produção e exportação de diversas *commodities*, ganha novos mercados, mas os gargalos internos não são resolvidos.

1.2 Os gargalos para o setor produtivo

A soma destes fatores favoráveis ao agronegócio prolongou seus efeitos até o primeiro semestre de 2004, e ocultou uma série de gargalos enfrentados pelo setor produtivo.

O baixo investimento na infra-estrutura e logística representa um maior custo comparativo para o país em relação aos seus principais concorrentes. Quem paga o custo do frete para escoar a produção indiretamente é o agricultor, que deixa de ofertar seu produto para determinados mercados devido ao baixo poder de competitividade dos preços do frete nacional.

Desta forma, o Brasil perde negócios por causa dos gargalos de escoamento da produção, pois os modais de transporte são inadequados para escoar as *commodities*.

Nos EUA, o escoamento da produção por rodovias, modal mais caro, representa apenas 16% de todo o transporte de produtos. A ferrovia, com um custo intermediário, responde por 23% e, a forma mais econômica e que custa quatro vezes menos que a rodovia nos EUA, a hidrovia, é utilizada para escoar 61% da produção.

Em contrapartida, no Brasil, a rodovia, modal mais caro para escoar a produção, lidera o transporte de 67% da produção. A hidrovia, barata três vezes mais que a rodovia, é praticamente inexistente com apenas 5% e as ferrovias, com um custo próximo das rodovias dos EUA, representam 28%.

Os problemas com escoamento implicam na necessidade de uma maior retenção da safra, mas o país sofre com a falta de armazéns para suprir a demanda do produtor em estocar a produção. Importante componente estratégico dos mecanismos de comercialização, o armazém propicia a estocagem da produção para que o produtor possa aproveitar as entressafras e realizar a venda com preços mais favoráveis, além de um escoamento da produção de forma ordenada ao longo do ano.

A falta de armazéns é um inibidor dos instrumentos de crédito, pois quando o produtor deposita a sua safra num armazém, passa a ter a possibilidade de utilizar os títulos de comprovação de depósito como garantia de tomada de recursos.

Para completar os problemas de escoamento da produção e de falta de investimento em infra-estrutura, os produtores arcaram com volumosos prejuízos com o Porto de Paranaguá.

No começo de 2004, a ineficiência do porto custou caro aos produtores. Uma perda de R\$1,6 bilhões. Para calcular essa perda, basta comparar o prêmio entre os portos brasileiros. O prêmio traduz a eficiência ou não de um porto em carregar a produção e leva em conta o tempo de espera dos navios na fila. No começo de 2004, o prêmio de Paranaguá bateu o recorde negativo de US\$69,82 por tonelada. Essa cifra revela que além do custo por tonelada, houve uma perda por conta da ineficiência em organizar a logística do Porto de Paranaguá. Quanto mais tempo um navio aguarda para seguir viagem, mais caro é o seu frete.

O ano de 2004 foi marcado pelas filas de caminhões que atingiram 120km no acesso ao Porto de Paranaguá, noticiado em todo o mundo. Os navios aguardaram em média 20 dias na fila para carregar a produção. Um navio parado no porto custa diariamente entre US\$ 40 a 60 mil. Este péssimo resultado do porto foi custeado pelo produtor, mas o câmbio ainda favorecido no primeiro semestre de 2004 acobertou os prejuízos.

1.3 Desacelerando o motor da economia

Embora no primeiro semestre de 2004, com as estimativas de aumento da safra americana e a agricultura brasileira e argentina sofrendo quebra de safra devido à

seca, os preços ainda se sustentavam com o câmbio em R\$2,85/US\$ e a saca de soja por US\$ 23,20 em março de 2004.

A crise no campo se instala mais visivelmente no segundo semestre de 2004 com a confirmação da safra recorde de grãos norte-americanos. O mercado vislumbra uma super oferta e os preços internacionais baixam. O desespero do setor no Brasil é justificável neste período do ano, pois a queda das cotações das *commodities* veio acompanhada de uma desvalorização do dólar, o que tornou nossos produtos menos competitivos e acarretou o aviltamento dos preços pagos aos produtores.

Em junho de 2004, momento de comercialização e de compra de insumos, a taxa de câmbio estava em R\$ 3,13/US\$. Em setembro, momento do início do plantio, a cotação já havia caído para R\$ 2,89/US\$. De outro lado, em fevereiro de 2005, momento de início de comercialização da nova safra, a cotação era de apenas R\$ 2,60/US\$. É interessante notar a correlação negativa entre a cotação do câmbio e o início da subida de juros pelo Banco Central. De uma Selic de 16,00% em setembro de 2004 passou-se a 18,75% em fevereiro de 2005. O problema agrícola brasileiro em 2005 é muito mais causado pela política macroeconômica de juros elevados e câmbio valorizado do que pela queda dos preços em dólares.

Indiferente aos problemas de infra-estrutura, o produtor plantou a safra 2004/05 com dólar em R\$3,10 e comercializou com dólar em R\$2,60. O produtor pagou o custo dos insumos com dólar alto e colheu seu produto para vender com o dólar desvalorizado, perdendo somente nesta operação 15% da produção.

O ano de 2005 ficou marcado pelo aprofundamento da crise no campo. Tudo conspirou contra os produtores. Apenas para elencar: a seca, o câmbio desfavorável, o custo alto dos insumos, os preços internacionais baixos, a falta de crédito oficial e de seguro agrícola, e o golpe final, a suspeita de aftosa.

Em 2005, a seca castigou o sul e parte do centro-oeste, o câmbio desajustado atingiu o patamar de R\$2,20/US\$, representando desvalorização de 22% do dólar em relação a 2004 e os preços internacionais continuaram deprimidos.

1.4 A crise anunciada

Diante desse quadro, a renda que fica para o produtor não têm sido suficiente para manter a agricultura operando em situação de normalidade ao longo dos anos. As

crises se repetem e são mascaradas por momentos em que o câmbio está favorável e os preços internacionais acima dos historicamente registrados.

Como os fatores externos que impulsionaram a agricultura já produziram seus efeitos no mercado e no cenário mundial, por enquanto, não há perspectivas de aumento de demanda e dos preços. Sem contar com um cenário favorável, o setor deverá se voltar ao estímulo de aumento da demanda interna e a ampliação do *status* exportador, o que exigirá a correção dos gargalos da produção para que o agronegócio se torne mais competitivo.

Ocorre que mesmo o consumo interno de muitos produtos está estagnado há alguns anos, devido especialmente ao baixo crescimento da renda familiar, caso do trigo que tem demanda interna há anos na faixa das 10 milhões de toneladas anuais.

Em muitos produtos, o abastecimento do mercado brasileiro é suprido através de importação em detrimento do produto brasileiro. Os produtores de trigo encontram enorme dificuldade de comercializar a sua produção, pois apesar do Brasil não ser auto-suficiente e produzir em média 50% da necessidade interna, o produto argentino entra no país com um custo comparativo mais baixo e pressiona a queda dos preços.

As vantagens comparativas dos argentinos se baseiam em terras mais férteis, gestão de propriedades em alta escala, mas também embutem a utilização de agrotóxico impedido por lei de ingressar no Brasil e que representaria uma economia de 20 a 30% neste insumo para os produtores brasileiros. Os moinhos do norte/nordeste, que consomem 3 milhões de toneladas, preferem o produto argentino, pois o frete marítimo do país vizinho tem menor custo que o frete para escoar a produção do sul do Brasil para aquela região.

1.5 Os efeitos da crise e as expectativas para 2006

Os solos brasileiros possuem, em sua maioria, limitações de fertilidade natural e necessitam de manejo tecnificado que inclui, além de outras práticas, o uso intensivo de fertilizantes.

Em 2005, devido à queda da renda do produtor, ocorreu uma redução no padrão de tecnologias das lavouras e já foi consolidada a queda no consumo de fertilizantes. Entre janeiro e setembro de 2005 as vendas de fertilizantes somam 13,07 milhões de toneladas, volume 17,7% inferior ao do mesmo período do ano passado. No setor de

defensivos, nos meses de agosto e setembro de 2005, as vendas de herbicidas e fungicidas caíram 30% na comparação com o mesmo período do ano passado.

A necessidade em gastar menos com insumos devido à falta de liquidez da atividade e falta de crédito oficial com juros equalizados em 8,75% ao ano, fará a produtividade cair e a agropecuária pode entrar num círculo vicioso se não recuperar sua renda, o que resultará num efeito cumulativo negativo nas próximas safras.

Todos estes fatores contribuíram para uma forte queda na renda do produtor, que em 2005 foi obrigado a prorrogar seus financiamentos nos bancos e cooperativas. Postergaram suas parcelas de custeio e investimento em grande parte para o ano de 2006.

Ocorre que se a renda do produtor não reagir, o setor vai se deparar com um alto índice de inadimplência, pois muitas dívidas se acumularam para pagamento em 2006. Além dos vencimentos normais de custeios da safra 2005/06 e anuais de investimento, o setor carrega para 2006 as dívidas alongadas e anuais da Securitização e Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e prorrogações de custeio e dos investimentos de parcelas vencidas em 2005.

Os produtores que investiram no passado recente para aumentar a produção e foram responsáveis pelo superávit na Balança Comercial durante anos, agora não terão capacidade de pagar suas dívidas e honrar seus compromissos. Não se trata de calote do setor ou ineficiência do produtor, mas sim de uma combinação de fatores que o produtor não controla: perdas por fatores climáticos, câmbio desajustado, falta de recursos oficiais de crédito e redução dos preços internacionais das *commodities*, além dos reflexos da suspeita de aftosa.

Caso não haja uma mudança no cenário mundial, o câmbio se ajuste ou o governo se adiante ao problema com soluções consistentes, o ano de 2006 será marcado por uma grave crise de renda no campo.

1.6 A agricultura não é prioridade no governo

Esses percalços que o produtor enfrenta em sua atividade, poderiam ser amenizados se o governo cumprisse com o seu papel, não somente nos momentos de colher os louros do agronegócio, mas também oportunizando os mecanismos que sustentam a agricultura nos ciclos de queda de renda.

E quais são estes instrumentos que fundamentam o bom funcionamento da agricultura em qualquer país com uma política agrícola séria e de longo prazo?

O produtor precisa ter um seguro agrícola eficiente e adequado, que pague o seu financiamento no banco, mas que também remunere o seu trabalho.

Execução e cumprimento pelo governo da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que prevê a garantia de preços agrícolas compatíveis com os custos de produção.

O crédito oficial e os instrumentos de comercialização têm que ser oportunos e programados anualmente e não disponibilizados tardiamente e sem previsão de orçamento. O crédito rural atende apenas 16% dos produtores e menos de 30% do custo de produção. Isso faz com que os agricultores busquem financiamento com taxas livres de mercado nos seus fornecedores. Essas taxas de 20 a 30% ao ano são inviáveis com a capacidade de pagamento do setor e só aprofundam as dívidas dos produtores.

Os instrumentos de comercialização que o governo lançou em 2005, como Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant, só serão viáveis para a agricultura se os juros forem compatíveis com a atividade. Por enquanto, a utilização destes títulos não são representativos, pois o país tem um dos juros mais altos do mundo, o que inviabiliza buscar no mercado recursos para o agronegócio.

Paralelo a tudo isso, os subsídios americanos e europeus para a agricultura representam mais de 20% da produção, enquanto no Brasil não chegam a 3%.

A sociedade, imprensa e o governo têm que entender que a agricultura é uma atividade cíclica. Na conjuntura atual, diferentemente do período favorável entre 1999 e começo de 2004, o produtor vive uma crise de renda que pode perdurar anos.

Essa depressão do setor se deve à grande oferta mundial de produtos agropecuários a preços pagos aos produtores rurais extremamente achatados, que se traduz em preços muito baixos para os consumidores urbanos - é uma crise de abundância que castiga quem produz.

Da ótica do consumidor, os preços achatados recebidos pelos produtores baliza para baixo a inflação, enquanto outros setores aumentam seus preços. Isto está sendo

conseguido à custa de elevadas transferências de renda da agricultura para outros setores da economia. A perda de renda da agricultura, sem contar com os prejuízos recentes devido à ocorrência de febre aftosa no rebanho bovino, já somava R\$ 17 bilhões em outubro de 2005.

A pesada tributação transfere para o governo 37% do valor da produção ao ano e os juros elevados praticados no mercado deixam para os bancos e comerciantes de fertilizantes e defensivos, outros 30%.

O agronegócio está perdendo participação nas exportações totais brasileiras. Entre janeiro e outubro de 2004 o agronegócio respondia por 42% das exportações brasileiras e em 2005 apresenta redução, passando para 37% em igual período. É a Balança Comercial do agronegócio prejudicada para 2005 pela excessiva valorização do real.

A queda de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre de 2005 foi um sinal dos reflexos da queda de renda do agronegócio. Era esperada estabilidade ou queda de até 0,5%, mas a retração foi mais forte.

De 2000 a 2004 o PIB do agronegócio brasileiro cresceu a taxas médias de 5% ao ano. Enquanto isso, o PIB como um todo, cresceu a taxas médias de 2% no mesmo período. Somente a produção de soja aumentou 32% ou 12 milhões de toneladas nesse período.

Não há crescimento sem investimento. Não há investimento sem uma visão clara de que haverá retorno, quer dizer, demanda capaz de cobrir com margem o capital aplicado. Quando a taxa de juros é muito elevada e inibe a demanda interna, a agricultura e a economia pode se salvar pela via das exportações, se for competitiva e não tiver uma taxa de câmbio muito baixa. Por isso mesmo, a combinação de juros altos com dólar barato é tão danosa, se for mantida por muito tempo.

Os investimentos na agricultura são devolvidos com rapidez e o efeito multiplicativo para a sociedade não tem comparativo com outros setores.

Sociedade e o governo não podem mais postergar a discussão de problemas que trazem tantas incertezas aos produtores, sob pena do país perder tudo o que foi conquistado até aqui na inserção comercial internacional do país.

1.7 Tratoração: o alerta do campo

Diante de um cenário adverso que se instaurou para a agropecuária em 2005, mais de 12 mil produtores rurais fizeram uma manifestação em Londrina no dia 31 de maio para denunciar a crise que atinge o setor e pedir medidas efetivas de socorro por parte do Governo Federal. A mobilização fez parte de um movimento nacional dos produtores que se vêem endividados e sem condições de pagar financiamentos junto às cooperativas e fornecedores de insumos.

A manifestação de Londrina foi um marco para os produtores paranaenses e o movimento foi um dos que originou o “Tratoração: o alerta do campo”. Mais de 25 mil produtores foram mobilizados no tratoração em Brasília, nos dias 28 a 30 de junho, com o propósito de alertar a sociedade para a crise da agropecuária nacional e solicitar às autoridades governamentais medidas saneadoras para o setor rural. Apesar da insensibilidade governamental, o movimento serviu para pressionar o governo e obteve razoável êxito em suas demandas, amenizando alguns problemas da agricultura.

2. MEIO AMBIENTE

2.1 Reserva Legal

Legislação da Reserva Legal no Paraná

No início de 2003, logo após a mudança do governo do estado, as normas do Sistema Estadual de Manutenção e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal – SISLEG foram alteradas, com a revogação da Portaria 207/02 do Instituto Ambiental do Paraná. A razão deveu-se parte pela manifestação direta de algumas prefeituras do sudoeste do estado junto ao recém empossado governador, que julgaram inadequado o mecanismo de compensação de reserva legal. Em parte pela iniciativa do setor privado de usufruir de um mecanismo então permitido por esta portaria, de compensação extraordinária em áreas fora das limitações geográficas impostas pela legislação federal. A nova regra restringia a compensação ao nível municipal.

Após dois anos de negociações, em que a FAEP levou diversas propostas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e ao IAP, foi decidido pela Comissão Técnica

de Meio Ambiente que não deveria haver mais negociações, optando pelo endurecimento na relação com os órgãos ambientais estaduais.

Posteriormente foi publicado o Decreto Estadual 3320/04 que restabeleceu o mecanismo de compensação de reserva legal e trouxe novas regras incorporando parte das propostas apresentadas pela FAEP mas trazendo novas restrições como agrupamento de municípios adicionais e os corredores de biodiversidade, onde permanece a restrição ao mecanismo de compensação.

2.2 Evento Reserva Legal em Cascavel

Em março de 2005, ocorreu no município de Cascavel o Fórum Agropecuário Paranaense sobre Reserva Florestal Legal. O encontro, organizado pelo Núcleo de Sindicatos do Oeste, reuniu mais de 8.000 agricultores insatisfeitos com as recentes mudanças promovidas pelo Estado na Legislação Ambiental, além da legislação Federal que permanece sob os efeitos da MP 2166-67.

2.3 Liminar da reserva legal

Em virtude da nova postura adotada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a partir da publicação do Decreto 3320/04, a FAEP impetrou mandado de segurança contra o artigo 2º do referido Decreto. A justiça concedeu liminar a favor da FAEP, impedindo que o IAP exija a averbação da Reserva legal como pré-requisito para a concessão de autorizações, licenças, etc.

Na prática, o IAP passou a conceder autorizações e licenças mediante pressão sobre os agricultores para que assinassem o Termo de Ajustamento de Conduta por parte do requerente

2.4 Projeto de Lei na Assembléia Legislativa

As dificuldades de negociação com o órgão estadual de meio ambiente levaram a FAEP a apresentar uma proposta de projeto de lei na Assembléia Legislativa propondo alterações na Lei Florestal do Estado.

O objetivo da intervenção era garantir o cumprimento da legislação federal evitando excessos por parte do governo do estado. A proposta foi baseada no mecanismo de compensação de Reservas Legais em Condomínios, procurando evitar perdas ao setor produtivo pela substituição de áreas em uso por áreas de restauração de

vegetação nativa, além de promover a efetiva preservação dos últimos remanescentes de vegetação nativa do estado.

Na Assembléia Legislativa, a proposta da FAEP que foi apresentada pelo deputado Hermas Brandão, recebeu diversas emendas que acabaram por descaracterizá-la. Após um período de tramitação a proposta foi votada e parcialmente atendida.

Um novo projeto de lei foi apresentado pelo deputado Hermas Brandão que, aprovado pela Assembléia foi vetado pelo Governador. O veto, contudo foi derrubado pela Assembléia Legislativa em dezembro/2005.

2.5 Suinocultura

Assessoria de meio ambiente vem acompanhando os trabalhos da Comissão Técnica de Suinocultura. Dentre os problemas que afetam a atividade, um dos mais importantes é o tratamento dos dejetos dos suínos e a situação das granjas que se encontram dentro das áreas de preservação permanente.

No início de 2005, foi realizado um encontro entre as entidades do setor – FAEP, OCEPAR e a Associação Paranaense de Suinocultura – APS – com o governo do estado na pessoa do Secretário da Agricultura e do Abastecimento. Apesar do comprometimento assumido pelo governo, pouco se evoluiu na solução dos problemas das granjas que se encontram inadequadamente instaladas de acordo com a legislação atual.

2.6 Unidades de Conservação

No final de abril, produtores rurais foram surpreendidos com a realização de consultas públicas para criação de unidades de conservação promovidas pelos governos federal e estadual nos municípios de Imbituva, Ponta Grossa, Tuneiras do Oeste e Palmas. Não houve divulgação das reuniões e os técnicos encarregados delas deram explicações superficiais e declararam sua missão encerrada, criando revolta entre os produtores envolvidos.

Parecia ser a repetição da tentativa feita em 2003 para implantação das mesmas reservas, com um entorno de 10 quilômetros, que inviabilizaria milhares de propriedades rurais impedidas de plantar qualquer planta exótica. Na ocasião, com o alerta da FAEP e de parlamentares, utilizando mapas demonstrando o absurdo da medida, a criação destas unidades foi abortada.

A nova tentativa, de forma solerte, levou a presidência da FAEP a imediatamente encaminhar protestos ao Presidente da República, Ministra do Meio Ambiente e parlamentares, contestando a conduta dos órgãos governamentais que não obedeceram ao que foi estabelecido na lei 9985/00 sobre consulta pública.

Sob pressão de parlamentares, de entidades de classe, entre as quais a FAEP e sindicatos rurais, o Ministério do Meio Ambiente recuou e aceitou refazer as consultas públicas e a negociar com a sociedade a forma de implantar as mencionadas unidades de conservação

Descobriu-se, também, que os trabalhos para a delimitação das áreas das unidades de conservação foram elaborados por uma Força Tarefa instituída pelo Ministério do Meio Ambiente sem nenhum membro do setor produtivo. Em seguida, também de maneira solerte, foi instituída no Paraná uma Comissão para gerir políticas sobre a Floresta de Araucária, a partir de uma portaria conjunta IAP/IBAMA a qual foi publicada praticamente um ano após sua constituição, sem nenhum representante dos produtores rurais.

2.7 Conferências de Meio Ambiente

O Governo Federal adotou o modelo de consulta à população na forma de Conferências Temáticas. A I Conferência Nacional de Meio Ambiente ocorreu em 2003 e foi precedida de Conferências Estaduais, que teve no Paraná 20 encontros regionais preparatórios. A FAEP e os Sindicatos Rurais participaram deste processo mobilizando o setor agropecuário. A grande participação de produtores rurais, tanto nos eventos regionais, na Conferência Estadual como na representação de delegados na Conferência Nacional, foi resultado deste esforço de mobilização.

Em 2005 ocorreu a II Conferência Nacional de Meio Ambiente, na qual o Sistema Sindical novamente participou mobilizando o setor e fomentando a participação dos produtores rurais.

2.8 Auditoria Ambiental Compulsória

A Lei Estadual 13448/02 instituiu a Auditoria Ambiental Compulsória e durante o ano de 2003 foi discutida a regulamentação dessa lei, onde a FAEP tomou parte. Mesmo tendo havido uma intensa discussão entre as partes interessadas, foi publicada uma regulamentação, elaborada pela Procuradoria Geral do Estado, que não atendia o sistema produtivo rural. Em 2005 foi publicada a Portaria 49/05 do IAP que estipulou

prazos e as atividades sujeitas à Auditoria Ambiental Compulsória, posteriormente substituída pela Portaria 100/05 que prorrogou os prazos de atendimento. Neste primeiro período de aplicação da lei, as atividades agropecuárias estão fora do escopo. A atividade sucroalcooleira, no entanto, está enquadrada no que se refere às plantas industriais.

2.9. Lei de Agrotóxicos

Foi definitivamente implantada a legislação que prevê o recolhimento das embalagens de agrotóxicos e foram resolvidos vários problemas que prejudicavam a sua implantação. Atualmente o recolhimento de embalagens está ocorrendo com a participação de todos os agentes do setor – produtivo, comércio e indústria, com apoio do poder público.

O sucesso da lei que obriga o recolhimento de embalagens de agrotóxicos é um exemplo de como o comprometimento de todas as partes envolvidas – usuários, poder público e setor privado – é importante na mudança de atitude pela sociedade.

2.10 Conselho Estadual de Meio Ambiente

A FAEP tem assento no Conselho Estadual do Meio Ambiente que discutiu, durante suas reuniões, assuntos relacionados ao setor agropecuário. A discussão maior foi sobre a resolução para importação de resíduos de outros estados. As ONGs propuseram uma série de modificações no relatório final da Câmara Temática de resíduos, mas no final das discussões acabou sendo aceita uma proposta feita pelo IAP, impondo restrições nessas importações.

O conselho ainda se reuniu durante os meses de outubro, novembro e dezembro/2005, mas não tomou nenhuma decisão que influenciasse o setor rural.

2.11 Recursos Hídricos

Na gestão de recursos hídricos, o período foi marcado pela centralização do sistema de gestão em torno das entidades ligadas ao governo do estado. A SUDERHSA passou a fazer o papel das agências de águas, assim como os processos de formação de Comitês de Bacias foram interrompidos e reiniciados nos novos moldes.

Por outro lado, a FAEP obteve uma vitória com a publicação da portaria que estabeleceu os usos insignificantes de água, que atendeu a postulação no setor agropecuário.

No triênio foi dado início à elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Foram implantadas as Comissões Executivas Regionais, por bacia Hidrográfica no País, sendo que a FAEP tomou parte nas duas regiões de maior interesse ao setor no estado, a Região Hidrográfica do Paraná e a Região do Atlântico Sul. No âmbito estadual foi aprovado o Termo de Referência para contratação de uma consultoria que deverá elaborar o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

As atividades do Conselho Estadual de Recursos Hídricos se limitaram ao mínimo, tratando primordialmente de assuntos de interesse do Governo do Estado e sua política de centralização da gestão de recursos hídricos.

2.12 Conselho da APA de Guaraqueçaba

Instalado no ano de 2002, o Conselho da APA de Guaraqueçaba se consolidou como um foco de gestão participativa no litoral. Neste período, houve grande amadurecimento do Conselho com a participação efetiva de representantes das comunidades, do poder público e do setor privado, envolvidos na resolução dos problemas regionais.

Permanece o problema das propriedades invadidas por “sem terras”. A omissão do governo do Estado e a conivência do órgão ambiental estadual foram marcantes neste período, além da conduta tendenciosa do INCRA. O Conselho da APA de Guaraqueçaba tem se colocado reiteradamente contrário à presença de sem terras na região devido às limitações técnicas características da região.

2.13 Caso APA de Guaratuba

Frente à demanda levantada por associações de produtores da região de Guaratuba, a FAEP avaliou uma proposta de desafetação de uma área protegida na forma de Parque Nacional no município de Guaratuba.

Foi feito uma cuidadosa análise do assunto, consultando as diversas partes interessadas e, devido à inconsistência dos argumentos a favor da desafetação do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, a FAEP se posicionou contrariamente à proposta, emitindo parecer a favor da manutenção da Unidade de Conservação.

2.14 Denúncia MST-Araupel

A FAEP elaborou um estudo técnico em parceria com a Fundação de Pesquisas Florestais – Fupef, da Universidade Federal do Paraná que revelou o impacto ambiental provocado pelas invasões de terra na região de Quedas do Iguaçu. O estudo revelou que o desmatamento provocado pelo MST avançou sobre uma das áreas até então mais preservadas do Estado.

A maior reserva de araucária do Paraná, com 87.167,5 hectares e com matas nativas originariamente com 33.254,3 hectares tem sido objeto de sucessivas invasões de “sem terras”, ocasionando ações do INCRA para promover assentamentos rurais.

Por seu novo estudo, em seu relatório a Fupef dá conta dos seguintes aspectos:

- entre 1996 e 2002, quando da primeira pesquisa encomendada pela Federação, os sem-terras dizimaram 10.614,2 hectares de matas nativas com predominância de araucárias;
- entre 2003 a 2005, período da nova pesquisa, mais 1.813,1 hectares de matas foram objeto de crime ambiental, representando 8% de devastação da floresta remanescente e 37% de toda a mata nativa existente em 1996.

Toda essa violência ambiental, perpetrada por sem-terras assentados ou pelos invasores, vem sendo sistematicamente denunciada pela FAEP às autoridades governamentais e Ministério Público desde o ano de 2004.

3. POLÍTICA FUNDIÁRIA

Criada a partir de um movimento de produtores rurais liderados pela Faep e sindicatos, em março de 2005 a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Reforma Agrária aprovou no Plenário da Assembléia Legislativa, por unanimidade, o Relatório Final com as seguintes “Recomendações” dirigidas aos diversos segmentos do Poder Público.

3.1 Recomendações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

- ✓ Redefinir o **objetivo prioritário da reforma agrária como o de promover a emancipação dos projetos de assentamento já instalados.**
Explicitar tal prioridade de forma clara, levando todas as partes envolvidas na reforma agrária a entendê-la como **as novas regras do jogo.**
- ✓ A atuação junto aos assentamentos tem que se dar de forma planejada, consignando assentamentos prioritários, metas, tempo e ações, valorizando as que promovam e se utilizem do associativismo em seus formatos mais adequados às peculiaridades de cada assentamento, em especial do cooperativismo e em particular das cooperativas já existentes no Paraná, buscando a integração ao agronegócio.
- ✓ Estabelecer ação organizada de um censo junto ao universo dos assentamentos no Paraná, buscando conhecer de forma plena sua realidade.
- ✓ A fim de dar maior celeridade ao processo de emancipação dos assentamentos, cobrar dos parceleiros na outorga do título definitivo de domínio, um preço simbólico fixado pelo Conselho Diretor do Incra, nos termos do artigo 4º, da Medida Provisória nº 2.183/56, de 24 de agosto de 2001, que altera o artigo 18, da Lei nº 8.629/93.
- ✓ Em termos institucionais, promover o reaparelhamento do Incra, notadamente, nos aspectos qualitativos de sua estrutura de pessoal, treinando técnicos e habilitando-os para gerenciar e promover as ações de emancipação dos assentamentos.
- ✓ Realização de um levantamento das terras não tituladas e ocupadas irregularmente, para fins de desapropriação.

3.2. Recomendações ao Executivo Federal

- ✓ Em convênio com a Embrapa, promover estudos e encaminhar, ao Conselho Nacional de Política Agrícola, proposta de atualização dos índices de rendimento dos produtos agrícolas, índices de lotação da pecuária, redefinição dos critérios de cálculo da unidade animal e redistribuição das zonas de pecuária.

- ✓ Criar mecanismos legais e salva-guardas que permitam ao produtor rural o engajamento no programa de reforma agrária, pela fixação, em conjunto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, de plano de arrendamento de terras rurais a pequenos arrendatários.
- ✓ Definir a participação do município como responsável pelo processo de identificação e seleção de beneficiários para a reforma agrária, bem como pelo processo de acompanhamento dos assentamentos, cabendo à União suprir as necessidades físico-financeiras que tais atividades importem.
- ✓ Que o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra gestionem junto ao Conselho Nacional de Política Agrícola a revisão e atualização dos índices de produtividade da terra para efeitos de desapropriação de áreas improdutivas.

3.3. Recomendações ao Executivo Estadual

- ✓ Tendo em vista que a reforma agrária deve, no Paraná, ter como prioridade a emancipação dos assentamentos; considerando que, por constatação do próprio Incra, não há praticamente mais terras a desapropriar, portanto o assentamento de novas famílias se dará de forma pontual, recomendamos:

Que o governo do estado imponha a política de “*tolerância zero*” nos conflitos agrários, promovendo o total desarmamento das partes envolvidas nos mesmos.

- ✓ Tendo em vista a necessidade de o governo do estado se integrar ao Incra, dando apoio e qualidade técnica nos processos de emancipação dos assentamentos.

Tendo em vista a necessidade de no âmbito sócio-econômico o governo do estado voltar a promover ações sistemáticas de regularização fundiária, no deslinde das terras devolutas e legitimação das posses.

Recomendamos a criação de um órgão fundiário estadual, com vistas a atender as necessidades consideradas, sob o formato institucional que melhor entender o Executivo.

- ✓ Que sejam realizadas diligências com o fim de resolver a situação dos posseiros no Município de Pinhão, dos remanescentes de quilombos da Fazenda Invernada Paiol de Telhas e dos índios e colonos no Município de Laranjeiras do Sul.

3.4 Recomendação à Assembléia Legislativa

Criar uma Comissão Permanente, com vistas a inserir a Assembléia Legislativa no processo de reforma agrária, possibilitando o acompanhamento, junto aos órgãos executores, dos trabalhos de emancipação dos assentamentos e das ações de regularização fundiária.

3.5 Recomendações ao Ministério Público

Promover diligências e averiguações e, se for o caso, instaurar processos de apuração de responsabilidades para os seguintes principais casos, levantados como denúncias nesta CPI:

- ✓ No território estadual, as questões relacionadas com roubo de gado, invasões orquestradas e intimidação de parceiros.
- ✓ Buscar celeridade e exemplaridade nos inquéritos instaurados sobre as mortes ocorridas nos conflitos agrários e demais crimes denunciados junto ao Ministério Público.
- ✓ Nos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu, averiguar e apurar responsabilidades sobre o desmatamento de mais de 10 mil hectares de matas de araucária com comercialização de madeira.
- ✓ Promover em conjunto com a Controladoria Geral da União, a exemplo da efetivada na COAGRI, auditoria nas organizações dos assentamentos, particularmente na COANA, esclarecendo os investimentos públicos lá realizados, fidelidade no atendimento ao objeto de tais recursos, resultados de sua aplicação, efetividade da ação da cooperativa junto aos cooperados e ao seu Estatuto Social.
- ✓ No município de Antonina, as denúncias que envolvem as ações de roubo nas propriedades rurais, cerceamento do livre ir e vir e intimidação; também as questões de “ordens superiores”, impedindo o cumprimento da lei por parte das policias Militar e Civil.

3.6 Índices de produtividade

Em maio, o ministro do Desenvolvimento Agrário encaminhou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento proposta sobre novos índices de rendimento de

produtos vegetais e de lotação pecuária, para fins de desapropriação de propriedades rurais.

Ante a relevância da matéria, a FAEP elaborou um estudo sobre o tema Propriedade Produtiva e encaminhou-o, a título de subsídios, a todos os deputados e senadores, expondo que o tema “alteração de índices agropecuários” não pode ficar restrito aos órgãos executivos do governo federal e que, portanto, sua discussão tem que se fazer no âmbito do Congresso Nacional.

3.7 Faixa de fronteira

Dada a existência de, aproximadamente, 45 mil processos de ratificação de títulos na Faixa de Fronteira, oriundos de requerimentos dos produtores rurais, dos quais alguns com mais de cinco anos; dada a não ação do Incra em promover as ratificações, bem como o superintendente desse órgão prestar declarações confusas na imprensa; a FAEP, atendendo pleito dos produtores rurais daquela região de Faixa de Fronteira, encaminhou ofício ao Incra fazendo as seguintes indagações:

- ✓ Quando o Incra irá promover as vistorias ou solicitar os laudos técnicos para promover as ratificações?
- ✓ Qual é a previsão para o início da entrega dos títulos de ratificação?
- ✓ Do total dos processos existentes, quantos efetivamente deverão ser objeto da ratificação?

Por não obter resposta ao seu questionamento oficial, a FAEP novamente inquiriu a autarquia sem, outra vez, ser atendida no seu pleito.

Em setembro, tendo em vista o descaso do Incra, a FAEP promoveu uma **Interpelação Judicial** contra o seu superintendente, a fim de obter respostas de interesse de milhares de produtores rurais que anseiam em ter regularizados os seus títulos de domínio de suas propriedades.

Em trabalho conjunto com a CNA e o Colégio Notarial do Brasil, a FAEP promoveu gestões quanto à obrigatoriedade legal de os proprietários rurais promoverem o georreferenciamento de suas propriedades, para fins de registro de imóveis.

Após intensas negociações, quando foi demonstrada a inviabilidade prática de, no médio prazo, as pequenas e médias propriedades rurais atenderem as disposições legais, em 31 de outubro o governo federal editou o Decreto nº 5.570, determinando que:

- ✓ fica prorrogada *por mais oito anos* a obrigatoriedade do georreferenciamento, para fins de registro público, das propriedades rurais com área, para cada matrícula, até 500,0 hectares;
- ✓ fica prorrogado, também, *por mais cinco anos* para as propriedades rurais com área, para cada matrícula, entre 500,0 a 1.000,0 hectares.

4. TRANSGÊNICOS

Enquanto perdurou a proibição judicial do plantio da soja transgênica e as restrições da União Européia ao produto, a FAEP manteve posição coerente de recomendar aos produtores que não infringissem a decisão da Justiça. A partir do final de 2001 a União Européia suspendeu os embargos aos transgênicos e, em 2003, com duas Medidas Provisórias, o Governo Federal permitiu o plantio de sementes transgênicas que haviam sido multiplicadas a partir de produto contrabandeado da Argentina.

Uma vez legalizado o produto, a FAEP passou a defender o direito do produtor de escolher o que produzir, contrariando posição assumida pelo Governo do Estado, que pretendia manter as restrições anteriores. Para garantir o direito dos produtores, a FAEP impetrou mandado de segurança para permitir que os produtores paranaenses, que, ante pressão ilegal do Governo do Estado, com uma lei considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em fins de 2004, haviam plantado semente transgênica, mas deixaram de assinar o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta, previsto em lei. A Justiça reconheceu que a pressão do Governo do Estado é que havia sido responsável pela omissão dos produtores rurais.

No início de 2005 os produtores rurais haviam conquistado o direito de plantar, graças ao mandado de segurança da FAEP, mas ainda corriam o risco de não poder colher, em face da intransigência do Governo do Estado em não permitir o uso do glifosato pós-emergente, como requer a tecnologia da soja RR. Vários produtores foram perseguidos pela fiscalização estadual e a situação foi resolvida quando um novo mandado de segurança foi impetrado pela FAEP.

Contudo, persistia a posição do governo do Estado de não permitir o embarque da soja transgênica pelo porto de Paranaguá, sob a falsa alegação de que não havia condições de segregar o produto que assim contaminaria os lotes de soja convencional.

Novamente a FAEP recorreu à Justiça com um novo mandado de segurança contra a Administração do Porto de Paranaguá para que levantasse a proibição dos embarques, uma vez que não havia perigo de contaminação, atestado pelos próprios operadores portuários e empresas de certificação e controle. Após ser deferida pelo juiz de Paranaguá, a liminar ganha pela FAEP foi suspensa pelo Tribunal de Justiça. A FAEP vai recorrer no início de 2006.

Em 2006, o Paraná deve produzir no mínimo 1,4 milhão de toneladas de soja transgênica, de acordo com o volume de sementes certificadas posto no mercado, podendo chegar até 2 milhões de toneladas. A proibição provocaria um grande prejuízo aos produtores, uma vez que a soja transgênica teria de ser escoada por outros portos, mais distantes na região de produção.

5. ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

No último dia de 2004, o Governo Federal editou a Medida Provisória 232 reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas. Para compensar uma alegada perda de receita, o Governo Federal estabeleceu em seu artigo 6º que os produtores rurais deveriam antecipar no valor de 1,5% sobre o faturamento o recolhimento do Imposto de Renda, a vigorar a partir de 1º de fevereiro.

A medida causou repulsa por ser injusta e onerosa para os produtores rurais, ainda mais levando-se em conta as dificuldades pelas quais estavam passando. A presidência da FAEP publicou na imprensa artigo sob o título “Idéia de Jerico” condenando a iniciativa do governo; enviou protesto ao Presidente da República e pediu aos parlamentares paranaenses no Congresso Nacional que rejeitassem o mencionado artigo.

O Governo Federal tentou aprovar a MP com a alteração da data de vigência da antecipação, mas ao final o Congresso não aceitou o artigo 6º que acabou sendo retirado da lei nº 11.115 aprovada em maio.

De acordo com cálculos da CNA, o setor produtivo perderia R\$ 2,3 bilhões com o dispêndio efetivo de recursos.

6. ISENÇÃO DE COFINS

O presidente da República sancionou em 08 de julho de 2004 a lei que isenta do PIS/COFINS os insumos agropecuários. Com isso, os produtores rurais de todo o país vão economizar algo em torno de R\$ 4,7 bilhões anuais. Só no Paraná esta economia chega a quase R\$ 600 milhões. Infelizmente, o presidente da República vetou a inclusão das rações no rol das isenções, o que vai prejudicar principalmente, ainda que de forma parcial, os pequenos produtores de leite, suínos e aves.

O Departamento Econômico da CNA calculou a economia que esta isenção representa para algumas produções representativas. O custo de produção por hectare da soja na região de Londrina, de acordo com dados da CONAB, é de R\$ 1.045,07. Sementes, fertilizantes e defensivos somam R\$ 461,96 em média, 44,2% do custo de produção.

Se não houvesse a isenção do PIS/COFINS, este custo aumentaria em 9,25% (R\$ 42,72 por hectare). Isto significa que o produtor terá uma economia correspondente a 4,09% sobre seus custos operacionais.

Para o milho, a um custo de insumo de R\$ 816,67 (plantio direto no norte do Paraná) para um custo operacional de R\$ 1.654,79, o produtor terá uma economia de 4,09%; no trigo de 6,02%, no feijão de 4,17%, na pecuária de corte de 2,35% e assim por diante, sempre em média.

Os produtores rurais devem muito aos parlamentares que lutaram para que a Medida Provisória 183, que deu origem ao projeto de conversão, fosse aprovado no Congresso Nacional. Juntamente com a presidência da CNA, a FAEP teve participação ativa nas negociações no Congresso Nacional com representantes do Governo Federal para que essa conquista se tornasse uma realidade.

Quando a matéria estava sendo votada no Congresso Nacional os sindicatos rurais se mobilizaram junto aos parlamentares para que nossos deputados e senadores aprovassem a redução desta carga tributária.

Ganharam os produtores rurais, mas ganharam também os consumidores, uma vez que a não incidência do PIS/COFINS sobre os insumos evita que os preços de produtos agrícolas tenham um reajuste anormal de responsabilidade apenas tributária.

7. REIVINDICAÇÕES DO PARANÁ

A Comissão Permanente da Agricultura da Câmara Federal promoveu, dia 2 de abril em Santo Antônio da Platina, audiência pública durante a qual FAEP e Ocepar fizeram entrega de um documento comum, que embasou o documento final do encontro, intitulado Carta do Norte Pioneiro, contendo reivindicações da agroindústria do Paraná.

O documento contém solicitações que vão de questões ambientais, como a modificação do Código Florestal, para adequá-lo à realidade da agricultura brasileira; reforma sindical, crédito e renegociação de dívidas em razão da crise na agropecuária e soluções para as deficiências na infra-estrutura de armazenagem e transporte.

8. REFORMA SINDICAL

A partir de 2003, o Ministério do Trabalho criou o Fórum Trabalhista e realizou uma série de seminários em todo o país, reunindo representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores para discutir a Reforma Sindical. Após vários encontros, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional dois projetos: um de emenda constitucional, quebrando a unicidade sindical e outros dispositivos da Constituição de 1988 e um projeto de lei ditando novas regras para o sindicalismo brasileiro. Ao encaminhar as propostas, o Governo Federal afiançou tratar-se de um consenso entre governo, trabalhadores e empregadores.

Os representantes da FAEP que haviam participado intensamente das reuniões do Fórum Trabalhista do Sul fizeram coro com representantes de empregadores e trabalhadores de todo o país, denunciando que as propostas governamentais não eram o consenso, ao contrário, significava apenas a posição do governo e de parte de algumas centrais sindicais. O que se pretendia era enfraquecer o sistema sindical brasileiro, reforçando as centrais sindicais que poderiam, inclusive, criar sindicatos locais sem obedecer às regras que o Governo sugeria para todas as categorias, além de negociar em nome de todos os trabalhadores e empregadores, usurpando direitos dos sindicatos de base.

O repúdio foi nacional e a Assembléia Geral Extraordinária da FAEP de 13 de março de 2005 ratificou esta posição, que foi encaminhada à CNA. Neste documento, a FAEP enfatizou a necessidade de uma reforma trabalhista como primeiro passo e, em seguida, a Reforma Sindical compatibilizada com as novas regras no setor do trabalho, conforme compromisso que o Governo Federal havia assumido.

Uma série de pronunciamentos de parlamentares no Congresso Nacional fez com que o Governo Federal recuasse de seu intenso de aprovar imediatamente a reforma, que ficou congelada para ser apreciada em outra ocasião.

9. PECUÁRIA

9.1 Conseeite

Desde o primeiro mês da implantação do Conseeite, janeiro de 2003, a comercialização de leite no Paraná passou a ser realizada num ambiente novo, com regras claras que mostram a capacidade das indústrias remunerarem a matéria prima com base na comercialização dos produtos derivados no atacado.

Os membros do Conseeite se reúnem mensalmente e ao final de cada reunião é divulgado o preço referência para pagamento do leite ao produtor e esse valor virou referencial estadual para negociação entre produtores e indústrias, além de ser utilizado também para a formação de preços em estados vizinhos, como Mato Grosso do Sul.

No estado do Rio Grande do Sul estão sendo ultimadas as negociações para instalação do Conseeite RS, utilizando a tecnologia desenvolvida no Paraná, fato aguardado pelo segmento leiteiro paranaense com muita ansiedade, por entenderem que a transparência regional na formação de preços favorecerá a todos.

Neste ano de 2005 realizaram-se 12 reuniões pré agendadas, notadamente na 1ª quinzena de cada mês, o que assegura condições de planejamento para produtores e indústrias, os primeiros controlando volumes ofertados até o final do mês e os segundos explorando o conhecimento prévio das tendências de mercado.

Acompanhando a atipicidade verificada no mercado de lácteos a partir do mês de maio, quando os preços despencaram bem no momento em que historicamente registram movimento de alta, os preços de referência Conseeite mostraram-se em

queda por 7 meses seguidos, inclusive no período da entressafra, fato que nunca havia ocorrido desde a implantação do Conselho.

Em situações como essa o diálogo e o entendimento das causas que fizeram o mercado agir de forma tão desfavorável ao segmento, são fundamentais para evitar o surgimento de atritos que dificultariam sobremaneira ultrapassar a crise e o Conseleite Paraná desempenhou muito bem a missão de aproximar produtores e indústrias mesmo que apenas para constatar que interromper a queda dos preços escapava da alçada desses setores, mas que ambos se esforçaram para evitar danos maiores: as indústrias utilizando o máximo da capacidade para diminuir a oferta de leite fluido direcionando a matéria prima à produção de queijos e leite em pó procurando enxugar o mercado.

De sua parte os produtores, com todas as informações recebidas nas reuniões, entenderam que a crise tinha raízes mais profundas, como a defasagem cambial que arrefeceu as exportações (justamente o quê vinha segurando o preço ao produtor em bom patamar enquanto a relação real/dólar não se tornou proibitiva para a continuidade das exportações), o desaquecimento do consumo interno e o aumento da produção influenciado pelos bons preços recebidos em 2004 e nos primeiros meses de 2005.

Esse entendimento não significou que produtores e indústrias cruzaram os braços frente à situação e ficaram pacientemente esperando por mudanças, ao contrário, nas pessoas de seu presidente e vice-presidente o Conseleite participou ativamente de todos os eventos realizados com o intuito de promover a cadeia láctea. Como exemplos citamos a participação no grupo instituído para analisar e propor soluções para o controle das fraudes nos produtos lácteos, a participação no grupo que estuda a constituição de um fundo para indenização de animais abatidos para erradicação da brucelose e tuberculose, a participação de membros do Conselho na revisão e atualização do livro “Sistema de Acompanhamento do Custo de Produção de Leite do Paraná” que possibilitará aos produtores calcularem seus custos e racionalizar a produção de modo a encontrar o ponto de equilíbrio que lhe proporcionará a maior renda com o menor custo.

A assinatura da Lei 14.685, em 04/05/2005, foi uma grande conquista para produtores e industriais e somente foi concretizada graças à atuação conjunta desses dois setores junto ao secretário da agricultura, aos assessores tributários do governo e ao governador Requião. Após algumas reuniões o governo sensibilizou-se quanto à necessidade de agir para diminuir no Paraná a comercialização de leite longa vida

oriundo de outros estados em detrimento do produto de empresas paranaenses. Isso vinha ocorrendo em função de distorções na aplicação de alíquotas de ICMS que tornava o Leite longa vida “de fora” mais interessante para as grandes redes de varejo em função de lhes proporcionar o acúmulo de créditos da ordem de 5%.

Esta Lei veio favorecer a compra do leite paranaense e, considerando-se que cerca de 50% do leite adquirido pelas empresas é comercializado na forma de longa vida, esse é o produto que mais pesa na formação do preço da matéria prima, então quanto melhor caminhar a venda do longa vida, melhor é a perspectiva de remuneração ao produtor do leite.

A confiança no Conseleite continua inabalável, as indústrias fornecedoras do Programa Leite das Crianças continuam sendo remuneradas pelo preço do leite pasteurizado projetado pelo Conselho com base na comercialização das indústrias no primeiro decêndio de cada mês.

Confiança que também não foi abalada quando, em meados do ano, o Conseleite atravessou uma crise com a interrupção do fornecimento de dados de comercialização de uma importante empresa. O caso foi discutido internamente com muito bom senso e profissionalismo, foram feitas alterações na metodologia de modo a não prejudicar o cálculo do preço referência que continuou a ser divulgado mensalmente com o mesmo grau de confiabilidade.

Assim, o quê poderia ter conseqüências muito sérias até interrompendo o andamento normal do Conselho, transformou-se apenas num mau momento, cuja superação reforçou o estágio de amadurecimento e consolidação do Conselho. A empresa retornou ao Conseleite no mês de novembro.

Quando o setor esperava que, numa situação de preços tão baixos, nada de pior poderia acontecer e que já se alcançara o fundo do poço, a ocorrência dos focos de aftosa no Mato Grosso do Sul no mês do outubro, veio mostrar que até o final do ano os prejuízos seriam ainda maiores. A primeira providência tomada pelos estados foi fechar a entrada a animais e seus produtos vindos da região de foco e dos estados limítrofes.

Fruto de uma suspeita de também haver animais contaminados no lado paranaense, de uma hora para outra o Paraná teve cortado o acesso aos mercados de São Paulo e Santa Catarina, importantes destinos de centenas de milhares de litros de leite por dia e que, por falta de alternativa, acabaram jogados ao solo como adubo.

O prejuízo foi incalculável e mais uma vez o Conseleite esteve à frente de todas as tratativas empreendidas para resolver os entraves que envolveram a situação, tanto internamente como buscando diálogo com as autoridades políticas e sanitárias dos estados que num primeiro momento proibiram a passagem de qualquer produto lácteo, flexibilizando em seguida mas mantendo a proibição da entrada de leite cru. Os prejuízos certamente são irrecuperáveis, porém, é entendimento do Conseleite que daqui para frente cada membro deverá se empenhar para participar de ações que visem aumentar a responsabilidade dos produtores que rotineiramente preservam a sanidade de seus rebanhos e fixar definitivamente naqueles poucos que descuidam do controle de doenças a percepção de que esse descuido afeta a sua família, o município, o estado e o país.

Quem ficou com gado no pasto sem ter comprador, quem jogou fora dias e dias de produção leiteira, quem sofreu a agonia da possibilidade de contaminação do rebanho suíno já que não há vacina para esses animais, jamais esquecerá e espera-se que este aprendizado pela dor grave na mente coletiva a necessidade de cuidar da sanidade, seja animal ou vegetal, e que um vizinho fiscalize e oriente o outro, entendendo e ensinando que um único animal não vacinado poderá repetir o caos verificado em outubro de 2005.

9.2 Comissão Técnica De Bovinocultura De Leite

A cadeia produtiva do leite, tanto no Brasil quanto no Paraná ocupa posição de destaque na geração de renda e de empregos, com mais de 1 milhão de produtores envolvidos no país e mais de 50 mil no Paraná.

O leite ocupa a 4ª posição nacional no ranking de valor bruto da produção agropecuária, ficando atrás apenas dos setores de carne bovina, soja e carne de frango.

Com a produção nacional da ordem de 24 bilhões de litros, crescendo mais que 4% ao ano e consumo de cerca de 23 bilhões de litros com crescimento de menos de 1% ao ano, começa a se desenhar para o Brasil um cenário de país exportador de lácteos.

Em 1997 as importações nacionais foram de US\$ 456,6 milhões e as exportações de apenas US\$ 9,4 milhões. Em 2004 pela primeira vez na história as exportações superaram as importações: as exportações renderam ao país US\$ 96,4 milhões contra US\$83,9 milhões gastos com importação.

Da mesma maneira o Paraná, com produção de 2,3 bilhões de litros/ano e consumo de 1,5 bilhão de *litros*, caracteriza-se como exportador para outras unidades da federação e mais recentemente vem conquistando mercados externos, exportando principalmente queijos e leite em pó.

Se por um lado as exportações se reverterem de extrema importância para absorver o crescimento da produção face ao consumo interno estagnado, por outro traz um sério problema quando ocorrem questões conjunturais desfavoráveis como as atuais, quando a forte desvalorização do dólar em relação ao real freou o aumento das exportações, ao mesmo tempo em que favoreceu a importação, desestruturando o mercado interno, derrubando os preços aos produtores e indústrias.

Com isso, a partir do 2º semestre de 2005, os preços pagos aos produtores passaram a ser os piores dos últimos 2 anos, começando a baixar no mês de maio quando normalmente deveriam subir em função da entrada da entressafra.

Nesse cenário cresceu ainda mais a importância da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP por esta representar o ambiente onde os produtores se reúnem para discutir, participar de palestras com especialistas e buscar alternativas para minimizar problemas.

Esta Comissão Técnica vem realizando reuniões mensais desde dezembro de 2002, contando sempre com alta frequência, o que vem se mostrando fundamental para a concretização da organização dos produtores.

Em função desta assídua presença dos membros da Comissão na FAEP, onde lhes é possibilitado o contato com técnicos da Federação, do governo e com qualquer especialista que a ocasião exigir, o nível de conscientização desses produtores cresceu consideravelmente, aumentando-lhes muito a capacidade de identificar as causas dos problemas, até onde vai a sua responsabilidade em resolvê-los e a receber da FAEP a assessoria necessária tanto para buscar a solução da parte que lhes compete quanto para cobrar soluções de terceiros quando a esses couber a responsabilidade.

A importância da Comissão Técnica fica ressaltada quando se mede o efeito multiplicador dessa conscientização através do crescente número de associações que nos últimos anos vem sendo constituídas em todo o estado, vinculadas aos sindicatos rurais e com forte participação dos membros da Comissão Técnica representante de cada sindicato.

Além de promover a organização dos produtores, essas associações trabalham no sentido de orientá-los tecnicamente para a melhoria da qualidade do leite visando à padronização da qualidade, condição indispensável para a comercialização em grupo.

O resultado desse trabalho é que as associações, captando baixos volumes de leite de muitos pequenos produtores, vêm conseguindo valores de comercialização semelhantes aos obtidos por grandes produtores, graças ao volume e qualidade.

Sem o trabalho de conscientização iniciado na FAEP e no constante respaldo disponibilizado pela Comissão Técnica, essa situação seria impensável.

Podemos afirmar que os primeiros meses de 2005, quando o mercado operava em condições normais, deram aos produtores a confirmação definitiva de que a organização associada à garantia de qualidade traz melhor remuneração ao leite. A partir de maio o cenário mudou pelas razões conjunturais já mencionadas e os preços despencaram, porém os produtores mostraram-se amadurecidos o suficiente para não empreender uma caça aos culpados como ocorria anteriormente em situações semelhantes, quando sobravam acusações a governos e indústrias, mas sim concentrando entendimentos para buscar soluções.

Cientes que situações como esta podem ser recorrentes e percebendo que os preços recebidos pelos produtores brasileiros encostaram no patamar dos preços internacionais, o quê significa dizer que não se pode esperar alta significativa daqui pra frente, os trabalhos da Comissão foram direcionados a identificar mecanismos capazes de baixar os custos de produção e manter a competitividade.

Então, com o futuro acenando com preços achatados, a saída encontrada pela Comissão foi promover ações com vistas a incentivar os produtores no aprimoramento da administração da propriedade para maximizar o uso dos bens de produção, reduzindo custos.

Para atingir esse objetivo o SENAR PR apresenta-se como parceiro fundamental, desenvolvendo treinamentos diretamente no ambiente dos produtores utilizando-se de material didático desenvolvido por especialistas para atingir esse público com conteúdo de fácil assimilação.

Neste ano de 2005, até o mês de novembro, em parceria com os sindicatos rurais foram administrados 399 treinamentos para um público de 6.267 produtores de leite e seus funcionários.

Paralelamente a Comissão trabalhou em duas direções: conhecimento do custo de produção e incremento na utilização de pastagens.

Quanto ao custo de produção a Comissão desempenhou trabalho fundamental na revisão do livro “Sistema de Acompanhamento do Custo de Produção de Leite do Paraná”.

Este trabalho, coordenado pela assessoria técnica da Comissão, culminou com a edição revisada e atualizada do livro que traz a metodologia para cálculo do custo de um litro de leite em cada um de 4 sistemas de produção pré-definidos para nortear todos os produtores do Paraná: **sistema 1**- produtores com 10 vacas em lactação com produção de 50 litros/dia; **sistema 2**- 20 vacas em lactação e produção de 240 litros/dia; **sistema 3**- 40 vacas em lactação e produção de 592 litros/dia; **sistema 4** – 120 vacas em lactação e 3.000 litros/dia.

Publicado pelo SENAR-PR o livro foi distribuído a todos os membros da Comissão que, de posse desta metodologia podem abastecer as planilhas com os dados de suas propriedades e obter os custos reais, utilizando o sistema mais próximo de sua realidade. Saber o quanto custa produzir um litro de leite é o primeiro passo rumo à profissionalização que deverá levar a atividade pecuária a ser conduzida com os mesmos requisitos de controle que qualquer atividade empresarial urbana aplica para se manter competitiva no mercado.

Buscando ações viáveis para baixar os custos, o incremento na utilização de pastagem para alimentação do rebanho, diminuindo a dependência de insumos externos à propriedade, surge como ferramenta de grande potencial, face às condições edafoclimáticas do estado que permitem o crescimento de pastagens de inverno e verão.

De olho no melhor aproveitamento das pastagens, através de convênio com a Secretaria da Agricultura, a FAEP vem coordenando o Programa Paranaense de Produção de Carne e Leite com Base a Pasto, cujo enfoque em 2005 foi reunir e nivelar e divulgar os conhecimentos acadêmicos (pesquisas, teses de doutorado e mestrado) sobre a *integração lavoura pecuária*, prática que vem sedimentando-se no estado como opção de otimizar o uso de pastagens, propiciando o cultivo de grãos no verão e a introdução de pastagens de inverno na mesma área, seguida pelo pastoreio dos animais.

O assunto foi discutido em muitas reuniões da Comissão e os produtores tiveram também a oportunidade de debater as questões técnicas com especialistas ao acompanharem eventos promovidos pelo Programa.

Questões referentes à implantação da Instrução Normativa 51 que finalmente entrou oficialmente em vigor em julho de 2005 fixando requisitos de qualidade para o leite foram bastante discutidas pela Comissão que continua firme disseminando a convicção de que a qualidade deverá ser o diferencial para dar ao leite paranaense maiores condições de competitividade.

Deve ser ressaltado que a maioria dos produtores de leite paranaenses já atende a esses requisitos, principalmente no que diz respeito ao resfriamento do leite na propriedade e ao transporte granelizado.

A questão fiscal é outro fator marcante para garantir competitividade e nesse aspecto o setor alcançou uma grande conquista quando, em 4 de maio de 2005 o governador Roberto Requião sancionou a Lei nº 14.685 que alterou a alíquota do ICMS incidente sobre o leite longa vida com o objetivo de corrigir uma distorção tributária que incentivava as grandes redes de varejo a adquirir o produto de outros estados.

Para o produtor de leite essa medida significou a possibilidade de melhor remuneração, uma vez que o leite longa vida, por ser o produto com maior representatividade no mix de comercialização das empresas paranaenses, é o que mais pesa na formação de preço ao produtor. Desta forma, quanto melhor se desenvolve a comercialização do longa vida no atacado, melhor poderá ser a remuneração da matéria prima.

A assinatura desta Lei foi o resultado de grande trabalho da FAEP que atendeu à solicitação da Comissão Técnica, em conjunto com o Conseleite, Ocepar e Sindileite.

Temos tranquilidade em afirmar que, em resposta aos fortes trabalhos desenvolvidos pela Comissão Técnica, aos muitos seminários realizados por demanda dos membros da Comissão junto aos sindicatos rurais, aos milhares de cursos realizados pelo SENAR PR ao longo de muitos anos, a pecuária leiteira do Paraná está muito adiante dos demais estados em questão de organização e de qualidade do leite.

Porém essa situação exige vigilância constante, como ficou evidenciado quando no mês de outubro houve a divulgação dos focos de aftosa no Mato Grosso do Sul seguido da suspeita da ocorrência da doença na região noroeste do Paraná.

O prejuízo causado aos produtores de leite foi incalculável, certamente milhões de reais, pois o fechamento das fronteiras com os estados de São Paulo e Santa Catarina, mercados vitais para a absorção de grandes volumes de leite in natura paranaense, deixou como única saída jogar na lavoura o leite que seria comercializado fora do estado, uma vez que os laticínios paranaenses não possuem estrutura para absorver tamanho volume extra.

O presidente da Comissão Técnica esteve presente em todas as negociações empreendidas na busca de minimizar os prejuízos, porém ficou muito claro que quando a situação chega ao extremo, tudo é difícil, tudo é burocrático e demorado, agravado por interesses comerciais e a esperança do setor é que esse enorme susto tenha conscientizado *todos* os produtores da importância da vacinação e os governos estadual e federal tenham despertado para a necessidade de desempenhar efetivamente suas funções de indutores e mantenedores da sanidade agropecuária.

Os membros da Comissão Técnica estão conscientes de que lhes cabe o imprescindível papel de desenvolver ações locais para que as campanhas de vacinação atinjam a totalidade do rebanho, missão que já vem sendo cumprida, haja vista os bons exemplos vindos dos Sindicatos Rurais de Cascavel, Campo Mourão e Araruna que promoveram um mutirão em conjunto com a Secretaria da Agricultura para vacinar gratuitamente todos os animais pertencentes aos moradores da periferia dos referidos municípios.

A reativação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária e o incentivo à maior participação da iniciativa privada nos mesmos deverão ser assuntos-chave a serem discutidos nas reuniões de 2006.

9.3 Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte

A pecuária de Corte iniciou o ano de 2005 num clima de pessimismo, com produtores de todas as regiões brasileiras operando com margens negativas, numa situação irônica em que o pecuarista pagou pela sua eficiência, pois o aumento de produtividade gerou oferta maior que a demanda.

A estiagem ocorrida principalmente nos estados do sul agravou esse quadro, pois o produtor teve que ofertar ao mercado o gado que já não tinha mais alimentação no pasto e a consequência foi a queda do preço da arroba em patamares abaixo que os praticados em 2004.

Instituições e lideranças começaram o ano reunindo-se para discutir a implementação de medidas para fazer frente ao arrocho imposto pelos frigoríficos que, unidos (numa suspeita de formação de cartel denunciada oficialmente pela CNA), derrubaram os preços do boi que chegava a ser comercializado por valores abaixo do custo de produção, a tal ponto que no mês de maio os produtores recebiam os menores preços desde a implantação do Plano Real em 1996.

Esta situação de preços baixos persistiu durante o ano, alternando breves períodos de preços melhores e, quando já se esperava que tivesse atingido o fundo do poço, piorou ainda mais com a ocorrência dos focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e a suspeita da doença no Paraná.

Percebeu-se então que o poço era mais fundo e que os prejuízos podiam sim ser ainda maiores: os preços caíram ainda mais e os compradores sumiram, tanto os que abasteciam o mercado interno quanto os exportadores, já que, numa ação imediata, os países importadores suspenderam a entrada de carne dos dois estados brasileiros.

O presidente da Comissão Técnica, que já vinha acompanhando as reuniões no Fórum Permanente de Pecuária de Corte, coordenado pela CNA, onde se buscou com afinco uma solução para a crise de preços, agiu com o mesmo empenho acompanhando o desenrolar das ações empreendidas pós-declaração de suspeita da aftosa no Paraná.

Como se pudessem antever as dificuldades que o ano traria para o setor, ações da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte para 2005 foram norteadas pela crise deflagrada quando, por problemas fiscais, houve o fechamento das unidades paranaenses do frigorífico Margem em dezembro de 2004, quando se estimou que cerca de R\$ 50 milhões deixaram de ser pagos no prazo aos pecuaristas que haviam entregado bois, gerando sérios problemas de liquidez e centenas ficaram sem ter para quem vender.

Ainda em dezembro/2004, em reunião extraordinária quando se decidiu pelo encaminhamento de ofício solicitando ao INSS e Receita Federal ações para minimizar os prejuízos aos pecuaristas em função do fechamento do citado frigorífico, a Comissão Técnica elegeu o tema “comercialização” como prioritário, resolvendo que seria necessário focar em 2005 todos os requisitos a serem cumpridos antes, dentro e após a porteira, para que a venda dos animais possa ser realizada com lucro.

A primeira ação nesse sentido foi trazer especialistas nas reuniões da Comissão para mostrar métodos de cálculo de custo de produção, com o intuito de criar nos pecuaristas a cultura de administrar a propriedade com o mesmo rigor que uma empresa urbana lucrativa exige.

Foi apresentado e colocado à disposição dos interessados os cursos de Administração Rural e Trabalhador na Bovinocultura de Corte, módulos 1 e 2, desenvolvidos e aplicados pelo SENAR-PR, excelentes ferramentas para iniciar a familiarização com planilhas de custos de produção.

Ao mesmo tempo, como mais uma opção, os membros puderam conhecer o método desenvolvido pela EMATER que também se mostrou de fácil aplicação e eficaz na determinação do custo de produção.

Como resultado dessa iniciativa grupos de pecuaristas vinculados aos sindicatos rurais das regiões norte e centro oriental do estado se organizaram para participação no curso Trabalhador na Bovinocultura de Corte ministrado pelos instrutores do SENAR e desde então vêm aplicando na prática o que aprenderam em aula.

Ganham a dianteira esses pecuaristas que, principalmente em situações de crise, estão preparados para administrar seus custos, identificando os que poderão ser cortados para diminuir as perdas, em vez de continuar no escuro esperando para contabilizar o prejuízo somente após vender os animais, quando então nada mais pode ser feito.

O susto e os prejuízos provocados pelos efeitos da grande dependência dos pecuaristas do Paraná aos grandes frigoríficos (caso Margem), acirrou nos membros da comissão a determinação de trabalhar novas formas de comercialização.

Nesse sentido houve grande apoio à busca de instalação de uma agência para comercialização conjunta de carne e na seqüência ao Projeto Integrado de Carnes da Cooperativa COROL.

As tratativas para a implantação da Agência seguiram o curso normal necessário para a concretização de novos projetos e encontra-se em fase de análise de cadastro dos sócios pelo agente financeiro.

A Agência foi concebida para congrega inicialmente 50 pecuaristas com a finalidade de comercialização de carne em conjunto.

Os rebanhos serão acompanhados tecnicamente para que os animais terminados garantam produto homogêneo, de primeira qualidade, com volume e regularidade compatíveis com as exigências dos principais mercados importadores.

Para assessorar a implantação dessa nova forma de comercialização a Comissão Técnica solicitou e a FAEP proporcionou a vinda de um empresário da COIMEX, importante grupo exportador de carnes que mostrou, em reunião na FAEP, quais são as exigências dos mercados importadores, o que permitiu aos pecuaristas entenderem que para obter um produto “tipo exportação” terão que abandonar antigas tradições e incorporar nas suas atividades modernos conceitos de gestão, manejo, genética e associativismo, uma vez que nenhum produtor individualmente conseguirá os volumes necessários para atender aos compradores.

No setor cooperativo, o Projeto Integrado de Carnes da Corol foi acompanhado e incentivado desde o início pela Comissão Técnica que considera essa iniciativa de extrema importância por trazer a comercialização para as mãos dos próprios pecuaristas, fugindo da exagerada dependência dos frigoríficos.

Os estudos e procedimentos preliminares necessários para a implantação do Projeto culminaram com a assinatura do contrato, em agosto de 2005, entre a Cooperativa Corol e uma empresa parceira americana que entrará com 50% dos recursos necessários para a construção da planta, cerca de US\$ 20 milhões para cada parte.

O abatedouro será construído na região de Londrina, com capacidade de abater 2.000 animais/dia, porém inicialmente trabalhará com 500 animais/dia que serão fornecidos por 500 produtores que já assinaram contrato. A maior parte desses fornecedores é do Paraná (95.000 cabeças), seguidos de pecuaristas do Mato Grosso (14.000 cabeças) e de São Paulo (19.000 cabeças).

O objetivo do empreendimento é exportar os cortes frescos de primeira (cortes de traseiro) e industrializar o restante, também visando à exportação, de modo que 100% do animal seja comercializado.

O parceiro americano garantirá a colocação da carne no mercado, uma vez que possui experiência e credibilidade no ramo.

O pecuarista associado ao Projeto terá os animais remunerados à vista pelo preço ESALQ/BM&F e receberá um complemento a esse valor após ser apurado o lucro da comercialização.

Também as alianças mercadológicas, união de pecuaristas que decidiram assumir as funções de abater os animais (via arrendamento de frigoríficos ou contratação de

serviços) e comercializar diretamente no varejo carnes de alta qualidade, vêm sendo acompanhadas pela FAEP que, através da Comissão Técnica presta o apoio necessário para o fortalecimento do sistema.

Operação no Mercado Futuro foi outra opção de comercialização apresentada aos produtores que em duas oportunidades estiveram reunidos com técnicos da BM&F trazidos pela FAEP especialmente para participar de reuniões da Comissão Técnica.

Nessas duas reuniões, uma no Sindicato Rural de Londrina e outra na FAEP, os membros da Comissão puderam aprofundar conhecimentos sobre essa operação que lhes permite definir um preço para a arroba do boi que cubra todos os seus custos de produção e dê uma margem de lucro (desde que esse preço se alinhe com o mercado) e “travar” esse preço em Bolsa para a época de venda dos animais, tendo certeza de que se no físico o preço cair, os ganhos na Bolsa compensarão a queda e garantirão a obtenção do preço alvo por ele próprio definido. É um guarda chuva que permite ao pecuarista dormir sem medo de tempestades no mercado, já que seu preço alvo está garantido.

Todas essas iniciativas inovadoras que buscam aumentar a renda dos pecuaristas e também os ganhos da comercialização tradicional vinham sendo anulados por força de questões tributárias, principalmente diferenças de alíquotas de ICMS, que propiciavam ganhos às grandes redes de varejo quando essas adquiriam carne de outros estados. Esse jogo de interesse incentivava os grandes supermercados a adquirirem carne de fora do estado, em detrimento dos produtores paranaenses, por isso a Comissão Técnica solicitou e a FAEP contratou o serviço de um advogado tributarista para orientar as ações que se fariam necessárias para mudar a legislação a favor dos pecuaristas do Paraná.

Esta ação culminou com uma grande conquista do setor pecuário através da assinatura da Lei nº 14.747, de 21/06/2005 que visa devolver a competitividade às carnes paranaenses via alteração na alíquota de ICMS para anular as vantagens da aquisição fora do estado.

Se após essa medida o quadro ainda não se reverteu totalmente, já apresenta mostras de mudanças à medida que os frigoríficos paranaenses começam a ser procurados pelas grandes redes de varejo para fechar negócios.

A Comissão Técnica entende que a certificação da qualidade da carne paranaense é o diferencial necessário tanto para conquistar mercados externos quanto para construir no consciente dos consumidores paranaenses a imagem de que lhes convém comprar

a carne aqui produzida porque tem garantia de segurança alimentar e o sabor e maciez correspondem aos seus desejos e assim aumentar o consumo do produto daqui.

Para que o pecuarista possa dar essa garantia, o primeiro requisito é cuidar da sanidade do rebanho e isso justifica o grande engajamento dos membros da comissão nos Conselhos de Sanidade Agropecuária, desenvolvendo trabalho contínuo de conscientização dos produtores quanto à importância de cumprir o calendário de vacinação contra febre aftosa, inclusive, a exemplo do que ocorre em municípios como Campo Mourão e Cascavel, colaborando pessoalmente para a vacinação de rebanhos instalados na periferia desses municípios e se não fosse esta atitude representariam grande risco de adquirir e transmitir a doença.

A erradicação e controle de brucelose e tuberculose vem sendo muito discutida nas reuniões e no entendimento da Comissão existe uma legislação a respeito e esta deve ser cumprida, porém para que o estado adquira o status de livre dessas doenças haverá sacrifício de animais e não existe um fundo indenizatório para esse fim, ficando o prejuízo por conta exclusiva do proprietário. Buscando colaborar para normatizar a constituição desse fundo que está em fase de estudo na Câmara Setorial do Leite do CONESA, a Comissão Técnica encaminhou proposta dividindo a responsabilidade financeira entre os pecuaristas, o Estado e os frigoríficos, por entender que tanto a prosperidade quanto o fracasso que venha a atingir um desses setores atingirá os demais na mesma proporção.

Por mais que se tenha discutido e aprendido sobre comercialização durante as reuniões de 2005, a complexidade do assunto exigiu que o planejamento da Comissão Técnica para 2006 contemple a continuidade da discussão para aprofundar os conhecimentos das ações antes, dentro e pós-porteira que determinam o lucro na hora da venda.

9.4 Programa de Produção Paranaense de Carnes e Leite com Base a Pasto.

Em 2005 observou-se a continuidade do ciclo de baixa de preços pagos aos produtores, mesmo com o aumento das exportações. Além disto, o acirramento nas relações entre produtores e frigoríficos culminou com uma ação movida pela CNA contra os frigoríficos pela formação de cartel. No final do ano quando o ciclo negativo parecia estar se invertendo, e os preços para o produtor subindo, surgem o surto de aftosa no Mato Grosso do Sul e a suspeita de aftosa no Paraná e novas incertezas preocupam os pecuaristas.

A demora na divulgação de resultado conclusivo sobre as suspeitas de focos de aftosa, agravou a situação com as restrições a carne bovina do Paraná. O mesmo aconteceu com carnes de suínos e aves.

Este episódio demonstrou a necessidade da modernização e a profissionalização contínua do pecuarista, do técnico e do trabalhador rural na bovinocultura de corte, a vigilância permanente na sanidade e a organização do setor produtivo para melhorar o equilíbrio dentro da cadeia produtiva e, do lado dos governos, a urgência de investimentos em vigilância sanitária.

O Governo do Estado implantou em 2005, a Rastreabilidade e a da Guia de Trânsito Animal-GTA Informatizada, através da CERT-SEAB, com apoio das instituições que representam os produtores como Sindicatos Rurais, FAEP, OCEPAR, APS e outros. No âmbito da Tributação, o Governo atendeu a um pleito da FAEP que é a adequação do ICMS para melhorar a competitividade da carne do Paraná frente aos benefícios fiscais concedidas pelos outros Estados produtores.

Em termos de organização, as Alianças Mercadológicas atualmente são oito em todo o Estado acompanhadas pela EMATER – PARANÁ. Duas alianças já se transformaram em Cooperativas, todas comercializam diretamente com redes de supermercados. Estas experiências têm sido valiosas porque, além de disciplinar a produção, exercitando o planejamento, estimulam a produção e o consumo de produto de maior qualidade. A FAEP tem apoiado o movimento das Alianças e Cooperativas no seu aperfeiçoamento na busca de soluções para seus entraves.

A demanda por treinamentos do SENAR pelos produtores, também evoluiu buscando aperfeiçoamento técnico, melhoria na gestão de sua propriedade e melhor manejo dos animais.

Além de cursos, grupos de técnicos procuram se organizar para discutir e aprimorar o acompanhamento às questões ligadas à pecuária de corte, como é o caso do grupo originado no Sindicato de Londrina a partir da Comissão Permanente de Pecuária de Corte.

No campo da integração interinstitucional, em vários pontos do Estado, estão se desenvolvendo ações de parcerias entre, universidades federal e estaduais, CEFET, EMATER, IAPAR, Sindicatos Rurais, prefeituras e cooperativas para implantação de unidades de pesquisa e difusão de tecnologias voltadas à produção animal com qualidade e competitividade.

9.5 Programa de Produção de Carnes e Leite

Em 2005, foi dada ênfase às questões consideradas mais importantes como:

- ✓ A inter-relação com os demais parceiros (Ensino, Pesquisa e Extensão), visando a soma de esforços e a otimização de resultados;
- ✓ A capacitação e informação para técnicos, produtores e trabalhadores, (em qualidade da carne, produção de forragens, manejo alimentar adequado, canais de comercialização - internos e externos, exigências de mercado e gestão de propriedades.)
- ✓ A busca de entendimento entre os vários parceiros da cadeia produtiva,
- ✓ Definição do foco de atuação da bovinocultura de corte: Qualidade, Gestão e Organização.
- ✓ Apoio às alternativas de organização de produtores visando a comercialização,
- ✓ Comprometimento com políticas de governo voltadas à rastreabilidade e à sanidade agropecuária;
- ✓ A defesa da produção paranaense frente à concorrência de produtos oriundos de outros estados,
- ✓ A prospecção de mercados externos.

9.6. Atividades realizadas

Em 2005 foi dada continuidade ao trabalho de integração entre as entidades que atuam em pecuária de corte e leite visando ampliar as parcerias para incentivar a utilização de pastagens e a modernização da pecuária de corte e leite no Estado.

Foram realizadas várias reuniões de trabalho do grupo de Coordenação, dentre estas destacam-se, reuniões para planejamento e nivelamento de ações, seminários, e encontros regionais de técnicos que participam do treino & visita em Pecuária, e captação de recursos.

Participantes do Grupo de Coordenação: FAEP, SENAR, IAPAR, EMATER, EMBRAPA, UFPR, OCEPAR.

9.7 Workshop sobre integração lavoura – pecuária:

Participantes: FAEP, SENAR, OCEPAR, SESCOOP, UFPR, IAPAR, EMATER, UEPG, UFRS E FFALM de Bandeirantes.

Objetivos: Nivelar o entendimento sobre a Integração lavoura – pecuária, definir estratégias de envolvimento de técnicos do Estado na Proposta, programar eventos nas regiões.

9.8 Seminários Estaduais sobre Integração Lavoura Pecuária - ILP.

Foram realizados eventos em Londrina e Guarapuava com a participação de 195 técnicos representando 82 municípios e 55 entidades presentes. O principal objetivo foi, divulgar o Sistema e promover uma discussão entre os técnicos das diversas instituições que prestam assistência técnica aos produtores de gado de corte e de leite, sobre a Integração lavoura – pecuária ILP buscando padronizar as ações.

Com estes Seminários foi iniciada a uniformização do entendimento sobre o Sistema Integração Lavoura Pecuária (ILP). É necessário agora a continuidade deste processo porque muitas questões ainda estão sem resposta e também são desconhecidas de uma parcela significativa de técnicos e produtores.

O grupo de coordenação deverá continuar a articulação para as etapas seguintes no que diz respeito à definição de parâmetros, capacitação, pesquisa e busca de recursos para pesquisa e difusão.

9.9 Encontros dos grupos participantes do Treino & Visita

Para a capacitação contínua de técnicos que atuam em nível de campo com a assistência técnica, em alimentação com base à Pasto, foram realizadas reuniões regionais em Loanda, Pato Branco, Londrina e Guarapuava.

A metodologia do Treino & Visita é empregada há muito tempo pelos técnicos de Cooperativas, da EMATER – PR, do IAPAR e EMBRAPA, na discussão e atualização técnica em trigo, soja, milho e café.

Em 2004, com o Programa de Produção Paranaense de Carnes e Leite à Base de Pasto, este trabalho foi estendido a todos os municípios do Estado, com a instituição de um grupo de técnicos das mais diversas regiões do estado (médicos veterinários e engenheiros agrônomos e zootecnistas) que se reúnem a cada três ou quatro meses, para treinamentos específicos.

A partir destes encontros, cada técnico, tem a tarefa de repassar as informações ao seu público assistido através das mais variadas formas (realização de treinamentos, dias de campo, encontros, visitas etc).

Algumas atividades realizadas pelos técnicos a partir dos encontros:

- 1º Encontro de Produtores de Leite do Sul do Estado na Lapa - (promoção do Grupo Sul do Treino & Visita);

- 2º Encontro dos produtores de leite da região sul, em Araucária;
- Unidades demonstrativas e dias de campo em Clevelândia e Pato Branco;
- Dias de campo na região de Londrina – “Projeto Vitória”, sobre a viabilidade da produção de leite a pasto;
- 2º Encontro de Bovinocultura de Cidade Gaúcha promovido pelo Sindicato Rural;
- Estão programados para 2006 mais dois Encontros de Produtores na região sul, um na Lapa voltado para produtores de gado de corte da região sul e outro em Irati que será o 3º Encontro dos Produtores de Leite da Região Sul do Paraná.
- Cursos do SENAR, realizados por instrutores participantes do Treino & Visita.

9.10 Palestras técnicas

Por solicitação do Sindicatos Rurais foram promovidas palestras sobre diversos assuntos ligados à pecuária em Guarapuava, Londrina, Palmas, Palmeira, Clevelândia, Francisco Beltrão e em Curitiba, a pedido do FUNDEPEC e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

9.11 Conclusões

Apesar das dificuldades do setor, podemos dizer que a cadeia da carne bovina está evoluindo satisfatoriamente, tanto pelo interesse dos produtores que tem aumentado quanto pela necessidade imposta pela conjuntura.

Os índices zootécnicos têm melhorado, a participação dos produtores está crescendo, o interesse de técnicos para a área também está aumentando, a entrada de cooperativas no negócio dará maior transparência e permitirá uma participação ainda maior.

Por outro lado o Paraná ainda está longe de uma situação ideal, haja vista o caso da Febre Aftosa, os altos custos da indústria, escassez de técnicos qualificados e o individualismo do pecuarista.

Porém, o fato do Brasil ter atingido a primeira colocação no ranking mundial do mercado de carnes, abre uma expectativa de que, vencidas as dificuldades internas, o País se consolidará como grande exportador.

9.12 Comissão Técnica de Ovinocultura e Caprinocultura

Nos últimos dez anos, o rebanho de caprinos e ovinos no estado do Paraná se estabilizou; segundo dados da SEAB o efetivo é de 85 mil cabeças de caprinos e de

549 mil cabeças de ovinos. O Paraná ocupa a sexta posição no ranking brasileiro de ovinos e a nona no de caprinos.

O interesse pela produção mais competitiva de pequenos ruminantes registra crescimento. A FAEP dentro de seu papel precípua e diante deste quadro estruturou em fins de 2004 a Comissão Técnica de Caprino e Ovinocultura.

A FAEP e o SENAR-PR participam do Programa de Incentivo à Modernização das Cadeias Produtivas de Caprinos e Ovinos desenvolvido pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Neste programa, o SENAR-PR é responsável pelo componente capacitação, tendo realizado 105 cursos totalizando 1605 trabalhadores e produtores rurais, no tocante ao manejo de ovinos de corte. Em manejo de caprinos foram 75 cursos envolvendo 1140 participantes.

Com o objetivo de aperfeiçoar as parcerias, também foram treinados técnicos da EMATER Paraná, Sindicatos Rurais e outros da iniciativa privada. Estes treinamentos tiveram o objetivo de nivelar o conhecimento entre os instrutores do SENAR-PR, técnicos da extensão e da iniciativa privada, disponibilizando desta forma trabalhadores e produtores treinados.

Com referência à organização dos produtores, a FAEP tem apoiado as iniciativas estaduais (CAPRIPAR) e regionais de organização (associação e núcleos de produtores). Os núcleos regionais por sua vez, promovem eventos, encontros, dias de campo e exposições com concursos e leilões, visando o aperfeiçoamento do padrão genético e a ampla divulgação de uma produção de qualidade.

A exemplo da bovinocultura de corte, a caprino e a ovinocultura precisam avançar em aspectos fundamentais, caso da gestão da propriedade, planejamento e escalonamento da produção, manejo de animais e, principalmente, a organização.

9.13. Comissão Técnica da Suinocultura

A Comissão enfocou entre outros assuntos, as questões relativas à Legislação Ambiental, levando aos participantes as recentes decisões sobre averbação da reserva legal, área de proteção permanente e outorga da água.

Dentro do Programa “Casa em Ordem”, os suinocultores tomaram conhecimento de suas obrigações no tocante à legislação vigente e dos seus direitos, para que possam exigir apropriadamente das autoridades governamentais tudo aquilo que lhes é devido,

como também manter suas propriedades organizadas para evitar problemas com eventuais fiscalizações dos órgãos governamentais.

Nas reuniões efetuadas foi apresentado um cenário do mercado de suínos, bem como a intenção de plantio de milho para a safra 2005/06 e suas implicações econômicas na suinocultura, com o objetivo de manter os produtores informados da situação conjuntural da atividade.

Um outro assunto tratado diz respeito à produção de suínos na forma de comodato, sendo sugerida uma reunião com uma equipe econômica composta por profissionais de universidades e da Embrapa para analisar a viabilidade econômica, haja vista se tratar de uma prática recente e conter dúvidas quanto à viabilidade econômica.

9.14. Comissão Técnica da Avicultura

A reativação da Comissão Técnica de Avicultura revestiu-se de importância no atual cenário conjuntural, porquanto atua como fórum de discussão das questões pertinentes ao setor avícola, ao mesmo tempo em que concede maior poder de negociação aos avicultores na defesa de interesses mútuos.

Entre os assuntos abordados nas reuniões efetuadas em 2005, cabe ressaltar a apresentação e discussão da Instrução Normativa nº 15, de 24 de dezembro de 2004, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que proíbe o emprego da cama de aviário como adubo para pastagens. O texto deve passar por alterações, haja vista que contém algumas falhas de informação – proibição do uso da cama de aviário como adubo para algumas matérias-primas usadas na nutrição de ruminantes e a não proibição para outras, requerendo que todos os avicultores sejam informados da vigência da Instrução Normativa nº 15.

Um outro assunto discutido diz respeito aos aspectos sanitários, quando foi ressaltada a importância do controle de visitação aos aviários, exigindo maior rigor, uma vez que pessoas estranhas às granjas podem trazer doenças para o atual sistema de produção, principalmente no momento atual, frente à ameaça da “gripe aviária”.

Entre as ações realizadas, foi encaminhado ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), solicitando que se proibam as fábricas de rações de introduzir farinha de sangue, carne e ossos de ruminantes na composição de rações para suínos e aves.

Outros debates referiram-se à celebração de contratos de parceria e leis trabalhistas para a avicultura e os problemas ambientais quanto ao uso da lenha em aviários e a cobrança pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) de taxa para uso de lenha.

9.15 Fundepec-PR

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – Fundepec-PR, que reúne instituições representativas da produção agropecuária paranaense como a FAEP, a Ocepar, associações de produtores, sindicatos da carne e do leite, realizou várias reuniões durante o ano, especialmente para avaliar a situação sanitária do Estado, em razão da suspeita de febre aftosa levantada pela Secretaria da Agricultura em 21 de outubro de 2005. Em consequência da falta de medidas concretas, o Fundepec emitiu nota exigindo que o Estado adotasse imediatamente uma das alternativas previstas no Código Sanitário da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, especialmente o sacrifício dos animais das áreas sob risco.

10. DEFESA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL

Durante o ano de 2005, a FAEP compareceu aos principais eventos internacionais relacionados a Defesa e Vigilância Sanitária Animal participando como observadora em reuniões, como:

XXXIIª Reunião Ordinária da Comissão Sul-americana de Luta Contra a Febre Aftosa (COSALFA) e Seminário Internacional: Obtenção e Recuperação do Status Sanitário de Livre de Enfermidades: Marco Conceitual e Experiências. 07 a 11 de março de 2005 em Lima – Peru.

Foi analisado o progresso conquistado em relação à conservação das regiões tradicionalmente livres e de zonas ou países, recém reconhecidos, os progressos obtidos na atuação do GIEFA (Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa), como resultado da Conferência de Houston, reformulação do plano de ação para o período de 2005-09 na erradicação da febre aftosa na América do sul, salientando o reconhecimento de uma área do Peru, livre sem vacinação, compreendendo a maior parte da população bovina e de camelídeos do país.

10ª Reunião do Comitê Hemisférico para a Erradicação da Febre Aftosa (COHEFA), 4ª Reunião da Comissão Pan-americana de Inocuidade dos Alimentos

(COPAIA) e 14ª Reunião Internacional de Saúde e Agricultura (RIMS). 19 a 22 de abril de 2005 na Cidade do México.

Foram reavaliadas as ações de manutenção de países livres de febre aftosa sem vacinação nas Américas do Norte e Central e o Caribe. A preocupação com as regiões endêmicas da América do Sul como Equador, Paraguai, Bolívia, Venezuela e Amazônia. O papel do GIEFA – Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa na coordenação e apoio aos programas nacionais de erradicação. A preocupação com os recursos que financiam as ações de erradicação e manutenção das zonas ou países livres.

73ª Sessão Geral do Comitê Internacional da Organização Mundial De Saúde Animal (OIE). 22 a 27 de maio de 2005 em Paris – França.

O fato marcante para o Brasil foi a inclusão do Estado do Acre na zona livre de febre aftosa com vacinação, acompanhado dos municípios limítrofes do Estado de Amazonas, ampliando consideravelmente a área livre brasileira.

Congresso Nacional de Aftosa 2005. 1º de abril de 2005, em Rio Cuarto – Província de Córdoba - Argentina.

A FAEP representou o Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC) naquele congresso, organizado pela Sociedade Rural de Rio Cuarto – Córdoba, com o objetivo de conhecer a evolução dos programas nacionais de erradicação da febre aftosa e a potencialidade da pecuária dos países membros do Mercosul Ampliado: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Por último, foi defendida a idéia que a iniciativa privada destes países deve se unir para transformar a Região num bloco produtor de alimentos com similaridade e uniformidade nos sistemas de controle das enfermidades e na qualidade dos alimentos, de uma forma competitiva visando atingir os mercados consumidores em outras partes do planeta.

Reunião do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM), Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP), Comissão de Saúde Animal (CSA). **07 a 11 de novembro de 2005 – Santa Cruz de la Sierra – Bolívia.**

A FAEP tem um representante na Comissão de Saúde Animal do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul, indicado pela CNA o qual compareceu a 4ª Reunião na Bolívia. O foco principal do evento foi o ressurgimento da febre aftosa na fronteira entre o Paraguai e o Mato Grosso do Sul quando foi mais estimulada a aplicação do “Programa de Ação MERCOSUL livre de Febre Aftosa” que deverá incorporar um

conteúdo sócio-econômico-sanitário na América do Sul, com uma reafirmação do papel do produtor neste programa e que deverá também um forte conteúdo de educação sanitária.

Conselho Nacional de Pecuária de Corte.

A Faep compareceu a uma Reunião do CNPC em São Paulo, quando foi criado o Grupo de Carne Bovina com três representantes dos pecuaristas e três representantes da indústria frigorífica. O objetivo é “promover o diálogo responsável e harmonizado na cadeia produtiva, visando proporcionar lucratividade para os segmentos e assegurar a liderança global para a carne brasileira”. Também foi apresentada a missão do GIEFA e os resultados até então alcançados no Brasil e junto aos países vizinhos.

Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte (CNA)

Ocorreram seis reuniões onde foram debatidas as difíceis relações entre pecuaristas e as indústrias frigoríficas em relação ao baixo valor da arroba paga ao produtor, culminando com uma representação na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) para a investigação de formação de cartel e aumento da concentração no setor de frigoríficos.

O SISBOV foi discutido e apresentadas modificações para o Ministério da Agricultura antes e depois da auditoria da União Européia, visando compatibilizar o sistema às exigências dos consumidores daquele bloco econômico.

Acompanhamento da evolução do PNEFA durante o ano de 2005 e o ressurgimento da febre aftosa na divisa do Mato Grosso do Sul, comprometendo o Paraná.

Participação no Comitê de Sanidade Suídea do Paraná, Sub Câmara de Suinocultura do CONESA e na Comissão de Avaliação e Sacrifício frente a Doença de Aujeszky.

Participação nas reuniões de avicultura de postura e de corte, culminando com a ***Conferência Hemisférica de Vigilância e Prevenção da Influenza Aviária*** que produziu a Carta de Brasília, onde todos os países americanos se comprometeram a envidar esforços para melhorar as estruturas de vigilância e defesa sanitária animal e humana evitando uma pandemia.

10.1 Corte nos recursos para Defesa Sanitária

Em abril de 2005, como já havia feito em anos anteriores, o Governo Federal promoveu cortes nos recursos orçamentários destinados à defesa sanitária animal e vegetal, que provocou protestos de líderes do agronegócio.

Este corte se deu justamente quando se iniciava uma nova campanha de vacinação contra febre aftosa e quando uma missão de veterinários do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos visitava o Brasil – e o Paraná – verificando deficiências em nosso sistema de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, incluindo a falta de um programa permanente de capacitação de pessoal de fiscalização e de laboratório.

Na abertura das comemorações dos 10 anos sem aftosa, a presidência da FAEP fez um pronunciamento sobre a necessidade de vacinação de 100% dos rebanhos bovinos e bubalinos do Estado e que aquela era uma excelente ocasião para os pecuaristas exercitarem a sua participação, até mesmo pelo desinteresse do Governo Federal.

Chamando a atenção para um descuido sanitário, o presidente da FAEP alertou; “O perigo não passou, É preciso ter a consciência de que este é um assunto importante demais para deixar apenas nas mãos de governos. Sem a participação efetiva do setor privado dificilmente haverá sucesso em manter o status sanitário.

11. O CASO DA SOJA

O aumento da oferta mundial de grãos e a queda do dólar provocaram um achatamento nos preços recebidos pelos produtores brasileiros em 2005. Utilizando a soja como exemplo, a relação de troca mostra deterioração: em 2004 um produtor precisava de 15,6 sacas para cobrir os custos de produção/hectare; já em 2005 foram necessárias 27,9 sacas.

A valorização do real e os preços internacionais mais baixos para as commodities agrícolas permanecem como uma ameaça para a renda no campo, afetando todo o conjunto do agronegócio. Com o real mais forte, o Brasil se tornou menos competitivo no mercado internacional.

O produtor brasileiro de soja tem uma perda de receita de 15% em função das despesas portuárias e frete até o porto. Comparativamente aos americanos o produtor brasileiro deixa de ganhar US\$ 25,00/t, considerando-se neste cálculo o subsídio de US\$ 14,00/tonelada, concedido pela Lei Agrícola Americana, reforçando o peso da agricultura protegida e a concorrência desleal.

Após três safras de resultados significativos, o aumento dos preços dos insumos e a conseqüente alta nos custos de produção da safra 2004/05 reduziram as margens de lucratividade do produtor.

Os principais cultivos da safra de verão 2004/05 tiveram preços declinantes em plena entressafra, em função do aumento da oferta internacional, no caso dos produtos exportáveis, e da fraca demanda interna, no caso dos produtos destinados ao mercado interno.

Em 2005, a crise de renda se acentuou com: depreciação da taxa de câmbio, escassez de recursos a juros de 8,75% a.a., ocorrência de seca (queda da produção e produtividade) e queda dos preços das commodities no mercado internacional.

O Valor Bruto da Produção dos principais grãos deverá passar de R\$ 12,01 bilhões (2004) para R\$ 7,54 bilhões (2005), menos 37%, equivalente a R\$ 4,47 bilhões em razão da queda das cotações internacionais, desvalorização cambial e a quebra de safra (seca). A soja caiu de 12,7 milhões para 9,4 milhões de toneladas (-26%) e o milho de 10,6 milhões de toneladas para 8,3 milhões de toneladas (-22%). O trigo passou de 3,1 milhões de toneladas para 3,0 milhões de toneladas.

A perda estimada na agricultura nas três principais culturas do Paraná em 2005 equivale a US\$ 1,78 bilhão (taxa cambial média de R\$ 2,4987/US\$).

A comercialização da soja na safra 2004/05 mostrou um ritmo mais lento em relação à safra passada, pela queda das cotações na Bolsa de Chicago e a valorização do real, resultando em preço pouco atrativo para o produtor.

Até fins de setembro 70% da safra brasileira estava comprometida (38,8 milhões de toneladas), volume abaixo da média do período de 81%. No Paraná apenas 60% da safra (5,65 milhões de toneladas) foi negociado, em igual período, sendo que em anos anteriores a média tinha sido de 75%.

Os preços internacionais já assinalavam tendência de queda em razão da safra recorde norte-americana em 2004 e as estimativas de produção elevada na América do Sul conduziram a um quadro de preços baixos na Bolsa de Chicago. Em março/05, período de colheita no Brasil as cotações na Bolsa de Chicago eram de US\$ 13,99/saca, um preço acima da média histórica de US\$ 12,00/saca, porém na conversão em reais o preço era desfavorável ao produtor.

As notícias de perda na safra brasileira de soja e as condições climáticas adversas no Meio-Oeste dos Estados Unidos, principal região produtora possibilitaram uma recuperação nos preços internacionais nos meses de maio, junho e julho, quando alcançaram US\$ 14,00/saca, US\$ 15,29 e US\$ 15,18/saca, respectivamente. A partir de agosto, o clima favorável, com ocorrência de chuvas no Meio-Oeste as cotações assinalaram quedas sucessivas, voltando para patamares de US\$ 13,90/saca.

As primeiras estimativas do Departamento de Economia Rural (DERAL) para a safra paranaense de soja 2005/06 apontam redução da área plantada com soja e aumento da área plantada com milho, sinalizando que o produtor está migrando para o milho. A relação de preços soja x milho de 1,83 (menor que duas sacas de soja por uma de milho), considerada ideal, explica o crescimento da área de milho. A área de soja passa de 4,116 milhões de hectares para 3,992 milhões de hectares.

12. O CASO DO MILHO

A crise de liquidez no agronegócio deverá se estender em 2006, delineando um quadro não muito diferenciado de 2005, isto porque não há sinal que o Governo Federal promoverá modificações na política agrícola em favor da renda do setor e os fatores câmbio e clima concentram as maiores incertezas.

Por outro lado, o direcionamento de parcela expressiva de recursos oficiais para a agricultura familiar e a quase completa falta de estratégias para sustentação da comercialização figuram como perfil que tende a se manter para o próximo ano.

Os produtores paranaenses enfrentam uma situação crítica, com perdas duplas e impactos negativos na capacidade de pagamento dos financiamentos. À medida que os custos de produção se elevam, dadas as dificuldades de financiamento, os riscos dos produtores crescem rapidamente e os efeitos no plantio da safra 2005/06 apontam redução de tecnologia. Vale acrescentar que dois anos seguidos de crise de preços poderá agravar ainda mais a situação.

O Paraná é o maior produtor nacional de milho; responde por 24% da produção na safra de verão e 44% na safra de inverno e tem expressiva participação na composição do faturamento bruto do setor rural. Cerca de 30% da produção paranaense (4 milhões de toneladas) têm origem em propriedades com área inferior a 50 hectares. São 200 mil produtores envolvidos, com geração de aproximadamente 70 mil empregos no campo. O milho é o principal insumo para os sistemas agroindustriais da avicultura e suinocultura.

O ritmo de expansão da avicultura alavancou o consumo de milho em 2005, estimado em 39,3 milhões de toneladas e com perspectiva de atingir 40,3 milhões de toneladas em 2006.

A quebra de produção da safra verão e da safrinha implicou em um quadro de suprimento deficitário: a produção brasileira foi de 34,8 milhões de toneladas para um consumo de 39,3 milhões de toneladas, gerando necessidade de importação do grão para suprir as necessidades.

Por outro lado, a valorização do real ao longo de 2005 praticamente inviabilizou as exportações do grão, o que de certa forma contribuiu para que a situação de suprimento interno não tomasse maiores proporções. As vendas para o mercado externo caíram significativamente em relação ao ano de 2004 (5 milhões de toneladas), totalizando um volume de 1,05 milhão de toneladas. No Paraná não houve registro de comercialização para o exterior em 2005.

Apesar da perspectiva de melhora, o patamar dos preços dependerá não só da superação dos "entraves" quanto à importação de milho transgênico, como também do comportamento das cotações internacionais, uma vez que a paridade de importação tende a ser um forte balizador dos preços internos.

A área a ser cultivada com milho no Paraná, na safra de verão, indica um aumento de 7%. As estimativas da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) apontam um plantio de 1.369 mil hectares e uma produção de 8.177 mil toneladas.

13. O CASO DO TRIGO

A cultura do trigo enfrenta a pior crise dos últimos anos e os problemas de comercialização se arrastam desde a safra passada. O Paraná é o principal produtor do país (2,9 milhões de toneladas), respondendo por 60% da produção.

As adversidades climáticas na safra 2004/05 afetaram as lavouras dos grãos de inverno (estiagem na fase inicial e excesso de chuva na fase final) e a cultura do trigo foi a segunda cultura mais afetada. O potencial de produção na safra 2004/05 era de 3,11 milhões de toneladas, com quebra de 8% e produtividade média de 2.260 kg/ha.

Os produtores se defrontaram com dificuldades como: estoque de passagem de 750 mil toneladas; queda de preços da ordem de 17%, passando de R\$ 408,50/t (safra 2003/04) para R\$ 338,40/t (safra 2004/05); recursos escassos para escoamento da produção e as excessivas chuvas no Estado que não permitiram ao agricultor colher o trigo, com prejuízo na qualidade do produto.

Em um ano difícil para a agricultura com as complicações na safra de verão, decorrentes da seca prolongada e o conseqüente atraso no plantio da safra de inverno, a cultura do trigo foi prejudicada. Primeiramente defrontou-se com aumento dos custos de produção em níveis superiores à inflação e um quadro de preços recebidos pelos produtores abaixo do preço mínimo.

A oportunidade de exportação registrada em 2003 não se mostrou viável com o nível de preços internacionais praticado em 2004. E sem ter compradores, não há como o setor quitar suas dívidas. Um dos grandes problemas dos tricultores em 2004 foi a falta de interesse dos moinhos, que alegaram estar abastecidos para não comprar o produto nacional, com reflexos imediatos nas cotações.

O trigo, um produto estratégico e de segurança nacional para a maioria dos países, no Brasil está sendo transformado pelo Governo Federal numa armadilha: incentiva-se o plantio, mas não são adotadas políticas que defendam os seus produtores. Nem mesmo os preços mínimos estabelecidos pelo Governo são garantidos, e o país assistiu passivamente o trigo argentino tomar o mercado interno, obrigando o produtor brasileiro a vender o produto a um preço inferior e com prejuízo.

A crise do trigo já é cíclica, se repete todo ano na hora da comercialização. Em 2005 já começou a safra com preços deprimidos e estoque de passagem recorde de quase um milhão de toneladas, o que contribuiu para que os preços do trigo permanecessem em patamares abaixo do preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

A produção brasileira de trigo foi estimada em 4,8 milhões de toneladas, enquanto o consumo foi previsto em 10,4 milhões de toneladas. Mesmo assim, o produto nacional tem baixa liquidez e difícil comercialização. A impossibilidade de exportação resultante

da baixa taxa de câmbio e a paridade de importação abaixo do preço mínimo aviltaram os preços e tiraram a liquidez do mercado interno.

O Fórum do Trigo, realizado em Curitiba, em 19 de setembro, pela Ocepar, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e Faep, no auditório da Emater, reuniu produtores, cooperativas, indústrias e governo na discussão de soluções para o setor. O fórum deu origem a uma correspondência encaminhada ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, expondo a difícil situação dos produtores e solicitando uma série de medidas.

Os signatários da carta do Fórum do Trigo – FAEP, OCEPAR e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) – sugeriram ao Governo Federal algumas propostas emergenciais para a comercialização da safra 2005. Entre elas, a alocação de recursos no Orçamento da União para as operações oficiais de crédito (contratos de opção, EGF, AGF, Pis/Cofins); proibição da entrada de farinha de trigo na forma de pré-mistura e trigo em grão fora dos parâmetros de classificação; agilização das mudanças na legislação de cabotagem, permitindo que navios de bandeiras estrangeiras possam fazer este serviço, para aumentar a oferta de navios e reduzir o custo do frete até as regiões Norte e Nordeste.

A partir de setembro/05, a Conab realizou diversos leilões de Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) e disponibilizou recursos para as Aquisições do Governo Federal (AGF). A ação do governo foi tomada tardiamente e sem nenhuma programação. Desta forma, os preços de mercado reagiram timidamente ao apoio governamental. Enquanto isso, o trigo argentino e paraguaio invadiu o mercado brasileiro, entrando em média por US\$140,00 ou R\$320,00/tonelada do produto já colocado no país.

Essa situação foi uma reprise da safra anterior, marcada pela prorrogação das parcelas dos financiamentos de custeios, solução paliativa encontrada pelo governo para dar um fôlego no pagamento das dívidas do setor, mas que encobriu o pouco apoio dado oficialmente para a comercialização num período de crise e com um câmbio que incentiva a importação do produto.

A crise em 2005 assumiu maiores proporções: câmbio desfavorável, preços baixos, comercialização travada, produtores descapitalizados, redução do padrão tecnológico, concorrência externa, custo Brasil e como se não bastasse a queda de produtividade por conta das chuvas no Paraná, o maior produtor de trigo do Brasil.

14. INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA

Historicamente problemas de transporte de safras fazem com que os produtores rurais paranaenses percam renda. A falta de uma ação concreta por parte de governos levou a FAEP a estudar com profundidade os problemas da logística que prejudicam o agronegócio paranaense.

Em parceria com diversas entidades de classe e instituições públicas e privadas, a FAEP promoveu um Seminário em abril de 2002. Este foi o marco inicial de intenso relacionamento e ações conjuntas entre a FAEP e as diversas entidades que buscam as melhorias na logística paranaense e brasileira.

A partir de 2003 principalmente, a FAEP passou a participar de ações conjuntas, fóruns, seminários e congressos de discussões, câmaras técnicas, conselhos e associações no intuito de interferir na condução das soluções propostas.

14.1 Modal Portuário

O modal portuário é um dos que mais tem trazido problemas ao agronegócio paranaense e provocado perda de receitas. O porto de Paranaguá tem problemas de infra-estrutura de longa data e há mais de 15 anos não recebe investimentos do governo federal, enquanto seus problemas estruturais se agravam em virtude do aumento do volume de produtos agrícolas exportados.

Além dos problemas estruturais, a gestão do porto tem concorrido para o agravamento da situação. Em 2004 estimou-se um prejuízo de cerca de R\$ 1,5 bilhões ao agronegócio pelos equívocos operacionais no porto de Paranaguá.

Na tentativa de resolver problemas no porto, a FAEP propôs à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária - CNA a indicação de um técnico para representá-la, através da Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, no CAP - Conselho de Autoridade Portuária, conselho estabelecido pela lei n.º 8630, Lei da Modernização Portuária, de 1993, que estabelece que a administração portuária deve consistir da autoridade portuária e seu conselho integrado pela comunidade portuária ou seja, seus trabalhadores, usuários, poder público e operadores portuários. Desde que foi nomeado pelo Ministro dos Transportes, nossa representação vem participando ativamente de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias interferindo e sugerindo ações de interesses do agronegócio.

Pelo grande número de problemas existentes nos portos, de Paranaguá e Antonina, e a perda de receitas do produtor rural, foi elaborado em conjunto com a OCEPAR, e encaminhado à Administração daqueles portos bem como a diversas outras autoridades governamentais, políticas e empresariais, um documento relacionando as prioridades de investimentos emergenciais de interesses do agronegócio paranaense e brasileiro.

Para esclarecer o Congresso Nacional a respeito de problemas existentes nos portos, e para tentar um início de diálogo com a administração portuária, visando a solução daqueles problemas, a FAEP patrocinou a visita da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados à Paranaguá. Entretanto, mesmo com a interferência dos políticos em ajudar na solução dos problemas, a administração dos portos pouca atenção deu às propostas feitas.

A falta de diálogo com a administração portuária e a situação crítica em que se encontravam os portos, culminou com uma mobilização da classe política estadual e federal, com apoio da FAEP e dos produtores rurais, da realização de uma intervenção federal na APPA e, posteriormente, da convocação de uma audiência pública para os devidos esclarecimentos à sociedade paranaense e brasileira. A audiência foi realizada em 22 de agosto na Assembléia Legislativa, com a participação de um grande número de produtores rurais, mobilizados pelos sindicatos rurais. A intervenção federal é objeto de um decreto legislativo já aprovado pela Câmara Federal e que está na dependência de votação no Senado Federal.

14.2. Modal Ferroviário

Nos últimos 10 anos a participação do modal ferroviário no transporte de produtos agropecuários tem girado em torno dos 30%, ficando os 70% com o modal rodoviário.

Em 1997, com a privatização do setor, criou-se a expectativa de uma melhoria na eficiência do modal, bem como a diversificação de investimentos, tanto na malha viária como nos equipamentos de tração e cargas. No entanto, o que vem ocorrendo é uma diminuição da malha ferroviária existente por ter a concessionária optado por suspender o trânsito em alguns trechos que ela considera pouco lucrativos e nenhuma inversão em novos trechos.

As tarifas vêm sendo praticadas em sincronia com o modal ferroviário ou seja, sempre estabelecidas num percentual em torno de 80% do que o frete rodoviário exerce. No aspecto de volume de carga agrícola a transportar, a concessionária atual estabelece

um mínimo de 5 vagões completados ou seja, pelo menos 200 toneladas para aceitar a prestação do serviço, o que torna inacessível o serviço para aqueles produtores que não conseguirem fazer o “pool” entre si para atingir o volume exigido.

No Paraná existem duas concessionárias: a América Latina Logística -ALL, concessionária dos trechos pertencentes à Rede Ferroviária Federal S. A. em liquidação e a FERROPAR, concessionária do trecho pertencente a FERROESTE, empresa pertencente ao Governo do Estado e proprietária do trecho entre Guarapuava e Cascavel.

Em relação a ALL, a FAEP tem participado de diversos fóruns de discussões, com diversas outras entidades públicas, privadas e com a classe política, para tornar a prestação dos serviços mais acessível e eficiente.

Participou de um trabalho conjunto de avaliação das condições dos principais trechos operados por essa concessionária, percorrendo-os e chegando-se a conclusão de que os investimentos de correção de traçados, duplicação de trechos e manutenção permanente, são urgentes e indispensáveis para garantir os escassos fluxos atendidos.

Como nos contratos de concessão a concessionária é desonerada da responsabilidade de investimentos no material permanente (a linha férrea), os investimentos na ampliação de novos trechos fica sob exclusiva atribuição do governo federal, o que não vem ocorrendo.

A principal reivindicação da FAEP é para a alocação de recursos para investimentos em novos trechos, extremamente importantes para inverter o modelo atual de 30% do modal ferroviário no transporte de produtos agropecuários para 70%.

A FAEP tem enviado a diversas autoridades governamentais e congressistas documentos justificando as necessidades desses investimentos, relacionando inclusive as prioridades: trecho Guarapuava-Ipiranga (para desviar o obsoleto trecho à Ponta Grossa), trecho Campo Mourão-Jussara (para atender a região de Campo Mourão com ferrovia), trecho Cascavel-Guaíra (para atender as regiões de Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon, etc. e o Mato Grosso do Sul) e novo trecho Curitiba-Paranaguá.

A FERROPAR se encontra numa situação de intervenção por parte do Governo do Estado por não ter cumprido com as metas de transporte de cargas estabelecidas por

ocasião do contrato de concessão. A FAEP, ao longo deste triênio, vem participando de diversas discussões para tornar a empresa viável para que possa melhorar a prestação do serviço para justificar os investimentos custeados pelo Estado do Paraná cuja origem dos recursos é proveniente das atividades econômicas.

Através do Conselho de Clientes da FERROESTE, no qual a FAEP participa com dois conselheiros, um titular e um suplente, vimos participando nas sugestões de consolidação dos serviços da ferrovia.

14.3. Modal Rodoviário

Os investimentos em manutenção e novas rodovias, no país e no Paraná, deixaram de ser prioridade. Em todas as regiões as rodovias não pedagiadas encontram-se em péssimo estado de conservação, sejam elas estaduais ou federais. As que fazem parte do Anel de Integração e que são pedagiadas, se encontram em boas condições de uso, porém com a inconveniência de ter-se que pagar um valor abusivo para seu uso.

Dentro desse cenário, a FAEP vem desenvolvendo ações junto a outros segmentos empresarias, classe política e governo, no sentido de serem alocados recursos para os investimentos necessários (manutenção e novos trechos) pois esta infra-estrutura rodoviária em boas condições é vital para garantir o transporte das safras.

A CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, recurso formado a partir de uma tributação especial na comercialização de combustíveis e que se destina exclusivamente ao segmento de transportes, cuja conta anual soma cerca de R\$ 10 bilhões, não vem sendo repassado no seu percentual total para a finalidade à qual foi criado. Esses recursos têm sido contingenciados pelo governo federal.

A FAEP vem insistentemente cobrando a aplicação devida dos recursos, principalmente na manutenção das rodovias e na construção de trechos estratégicos para a melhoria do transporte do agronegócio, tais como a conclusão da BR 487 (estrada Boiadeira), novo trecho da BR 277 ao porto de Antonina, a conclusão da BR 116, entre outras.

Sobre o pedágio, a FAEP continua insistindo na abertura pública pelas concessionárias dos cálculos das tarifas, da discussão dos preços dessas tarifas diferenciadas para o agronegócio, considerando-se que as cargas transportadas tem

um valor agregado bastante inferior em relação aos produtos industrializados e dos orçamentos das obras contidas nos contratos da concessão.

15. COMISSÃO TÉCNICA DE GRÃOS

Em 2005 foram realizadas cinco reuniões da Comissão, as quais abordaram uma grande gama de assuntos pertinentes à produção, financiamento e a comercialização dos produtos do setor.

O ano começou com uma preocupação sobre a realidade das cobranças de *royalties* sobre as sementes de soja transgênica na Argentina. Para sanar todas as dúvidas sobre o tema, a Comissão Técnica de Grãos e Financiamento da Produção esteve na Argentina entre os dias 28 de fevereiro e 05 de março com o intuito de verificar de perto a situação da agricultura Argentina, dos transgênicos e da cobrança de *royalties*.

Nas reuniões subseqüentes à viagem para a Argentina, a Comissão trouxe em diversas oportunidades representantes do Ministério da Agricultura (MAPA), da Associação Paranaense de Sementeiros (APASEM), Secretaria da Agricultura (DERAL/SEAB), Banco do Brasil, Conab, Ocepar, Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB) e Sinditrigo para debater temas como a análise da conjuntura de grãos, fiscalização de sementes, aprovação da Lei de Biossegurança, Plano Safra 2005/06, *royalties* da semente de soja transgênica, resultados do Tratoração, prorrogação de custeios e investimentos por conta da seca e problemas de liquidez da atividade.

Outra preocupação permanente da Comissão foi com os instrumentos de comercialização do governo como os recursos para AGF (Aquisições do Governo Federal) e PEP (Prêmio de Escoamento da Produção), tema de inúmeras reivindicações da FAEP em atendimento às solicitações da Comissão e dos Sindicatos Rurais e produtores.

Os financiamentos contratados pelos produtores, principalmente por conta da seca e da crise do setor, foi um tema abordado sistematicamente nas reuniões. Os recursos disponibilizados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para reescalonar as dívidas de produtores com os fornecedores foi amplamente discutido pela Comissão, que já apontava desde o nascimento do programa as falhas da sua formulação e a demora dos recursos em chegar nos bancos. Estes apontamentos se confirmaram

mais tarde, refletindo na baixa adesão das cooperativas e fornecedores de insumos, que frustrou uma parte dos produtores que precisavam renegociar suas dívidas.

Foi através de uma consulta da Comissão que a FAEP solicitou à CNA um parecer jurídico para os tricultores na questão da Política de Garantia de Preços Mínimos, a qual não está sendo executada pelo governo.

O parecer do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Ilmar Galvão, concluiu que os produtores de trigo que tiveram que vender seu produto abaixo do preço mínimo de R\$ 24,00 a saca podem mover ação contra o Governo Federal para serem indenizados. Galvão argumenta que o Governo Federal é responsável pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e, por isso, pode ser acionado pelos produtores rurais com objetivo de se ressarcirem.

Diante disso, a FAEP solicitou a elaboração de um modelo de ação indenizatória, a qual foi encaminhada para todos os Sindicatos Rurais. Este modelo foi enriquecido com uma série de documentos que subsidiam a ação indenizatória do tricultor e facilita a vida dos advogados na montagem dos processos.

A Comissão participou do Fórum do Trigo em 19 de setembro na EMATER em Curitiba, evento que reuniu o governo, políticos e todo o setor produtivo para buscar soluções para a falta de liquidez do produto. Foram através de iniciativas como essa que saíram os pleitos para o governo, e que em boa parte foram atendidos, especialmente no aumento de recursos para os instrumentos de comercialização como os leilões de PEP e o AGF. Mesmo que tardias, essas medidas amenizaram os problemas de renda dos produtores que conseguiram participar dos programas da Conab, seja através das Cooperativas ou de forma independente.

Os representantes da Comissão participaram de todas as reuniões da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas e da Câmara de Cultura de Inverno, além das reuniões no Ministério da Agricultura, sempre defendendo uma política agrícola que dê condições ao produtor para uma atividade sustentável.

16. PROAGRO, SEGURO AGRÍCOLA E RECURSOS SAFRA 2005/2006

16.1 Proagro

Foi criado o sub-programa “PROAGRO MAIS” através da resolução BACEN nº 3234 de 31 de agosto de 2.004, para atender agricultores ligados ao PRONAF.

Distingue-se do PROAGRO Tradicional pela extensão da garantia a uma parte da receita líquida (65%), considerada como recursos próprios, limitada a R\$ 1.800,00, além de 100% do valor financiado. Este sub-programa passou a vigorar a partir da safra 2004/2005.

A FAEP, representando a CNA, participa da Comissão Especial de Recursos (CER) da 5ª Turma de Julgamentos do PROAGRO. Em 2005 foram realizadas duas reuniões e apreciados 151 processos abrangendo as culturas de algodão, milho, soja, trigo, feijão. Foram acolhidos 61 processos.

16.2 Seguro Agrícola

A Lei 10.823 de 19 de dezembro de 2.003, regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 5.121 de 29 de junho de 2.004, que autoriza o governo federal a subvencionar o prêmio do Seguro Agrícola, fez com que este segmento da agricultura nacional participasse efetivamente no agronegócio como um instrumento de política agrícola.

Neste mesmo ano de 2.004 iniciou, ainda que timidamente o processo de subvenção, destinando R\$ 10 milhões para a operacionalização do subvencionamento. Para tal promoveu um leilão de valores, onde participaram as seguradoras. O procedimento muito complexo fez com que só participasse do leilão a Aliança do Brasil Seguros, que por sua vez só o fez para avaliar o procedimento, o qual não aprovou.

Para o ano agrícola 2.005/2.006 o Comitê Gestor do Seguro Rural definiu novas regras para a subvenção do seguro rural, a qual será destinada às culturas de arroz, maçã, soja e uva (30%), algodão, milho e trigo (40%) e feijão (50%). Há um limite máximo de subvenção de R\$ 7.000,00 para os grãos e de R\$ 12.000,00 para maçã e uva. O volume de recursos destinados à subvenção para o ano de 2.005 foi de R\$ 10 milhões, já para o próximo ano estão destinados no Orçamento Geral da União R\$ 45 milhões.

Um mesmo produtor poderá ser beneficiado com duas parcelas de subvenção caso plante duas safras no mesmo ano. Assim se plantar trigo no inverno e milho no verão poderá receber até o máximo de R\$ 7.000,00 para cada uma delas. Caso seja o produtor também fruticultor (maçã e/ou uva) poderá receber mais R\$ 12 mil de subvenção, totalizando R\$ 26 mil.

16.3 Recursos Safra 2005/2006

O total de recursos necessário para financiar a safra 2005/2006, incluindo linhas de custeio, comercialização e investimento, era de R\$ 81,4 bilhões. Os bancos emprestaram apenas 23% da necessidade de custeio da safra de grãos e fibras. Os outros 77% do orçamento de custeio necessário ao plantio da safra dependem de recursos próprios dos produtores e da concessão de financiamentos, com prazo de safra, realizados pelos fornecedores de insumos e *tradings*.

Conforme a FAEP já vêm alertando aos produtores, o governo sinaliza que vai ano após ano reduzir os recursos com juros equalizados e com isso o sistema não-bancário tem tido um papel cada vez mais importante no financiamento do setor rural. Os recursos destinados ao crédito rural oficial, não chegam a entusiasmar, uma vez que os juros controlados (8,75%) tiveram um incremento de 18%, valor inferior ao aumento dos custos de produção das lavouras comerciais, o que significa área menor de plantio a juros mais suportáveis pelo produtor, ou emprego de menos tecnologia, o que implica em menor produtividade. A isso, soma-se a redução de crédito por conta do volume prorrogado das parcelas em 2005.

✓ **Custeio**

Embora existam limites determinados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Banco Central para a concessão de financiamentos com taxas prefixadas do crédito rural, o Banco do Brasil implementou uma política de concessão de financiamentos “mixados”.

Os produtores que buscaram recursos no principal agente financeiro da atividade rural encontraram uma violenta redução de recursos oficiais e o expediente do chamado “mix” de recursos com taxas de juros livres de mercado e as equalizadas para financiamentos de custeio. Esse “mix” que no passado representava em média 30% com taxas livres de mercado e 70% com juros de 8,75% ao ano do volume total tomado pelos produtores, passou a representar em torno de 40% com taxas livres e 60% com 8,75% na atual safra.

No final do ano o governo liberou R\$ 2 bilhões extras para que o Banco do Brasil pudesse oferecer recursos adicionais aos agricultores a juros controlados de 8,75% ao ano. A medida atendeu tardiamente uma reivindicação feita pela FAEP em setembro, mas muitos produtores foram ainda beneficiados com a medida.

✓ ***Prorrogação de financiamentos de investimento e custeio***

Diante do quadro de crise de renda e seca do setor, a FAEP intercedeu junto ao governo solicitando a prorrogação de dívidas de investimento e custeio, assim como das parcelas de Securitização e PESA que venciam em 2005.

O governo editou medidas com regras para a prorrogação dos financiamentos dos custeios e investimentos. Além do Manual do Crédito Rural (MCR) do Banco Central que ampara a prorrogação do custeio, foram editadas resoluções que atendiam casos específicos, especialmente para os contratos de custeios com problemas de pagamento devido à seca e para os investimentos, os quais não estavam previstos no manual citado.

Inicialmente o custeio do trigo foi prorrogado de forma generalizada em 3 parcelas iguais para junho, julho e agosto de 2005. Como essa prorrogação foi feita por conta de um problema de travamento da comercialização e os preços do trigo reagiram apenas num curto espaço de tempo, o produto foi motivo de uma nova prorrogação do saldo devedor para março e abril de 2006.

Num primeiro momento, a prorrogação das parcelas do custeio, investimento e das linhas do PRONAF estava amparada no MCR e na resolução 3.274 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Para os investimentos com recursos do BNDES, a legislação que ampara as prorrogações foi editada nas Resoluções 3.269 e 3275 do CMN.

Puderam se beneficiar destas medidas as operações contratadas ao amparo dos programas de investimentos agropecuários com recursos do BNDES vinculados à atividade de produtores e suas cooperativas, relativas às culturas de algodão, arroz, milho, trigo e soja. Apesar do insistente pedido da FAEP para que estendesse a mesma regra para a pecuária, o governo não se sensibilizou e manteve a abrangência das medidas aos produtos citados anteriormente.

Diante da regra de prorrogação do investimento para empreendimentos que estava em município reconhecido como situação de emergência pelo Governo Federal, as parcelas de 2005 puderam ser prorrogadas para um ano após o vencimento da última prestação.

A regra de prorrogação para os produtores de municípios que não estavam em estado de calamidade, mas que tiveram perdas com a seca, estipulava que os

empreendimentos que demonstrassem reconhecida dificuldade de comercialização em virtude de preços ou comprovada perda decorrente da seca, as parcelas vencidas e vincendas em 2005, poderiam ser prorrogadas em até três anos de forma parcelada, respeitados os prazos máximos estabelecidos para cada Programa.

Essa última regra gerou um grande problema que o governo não solucionou posteriormente, apesar dos pedidos da FAEP. O produtor que estava pagando a última parcela e que estivesse num município que não foi reconhecido como estado de emergência pelo Governo Federal, não teve direito à prorrogação do seu financiamento de investimento, pois não foi contemplado nas resoluções 3.269 ou 3275 do CMN. O produtor que estava na penúltima parcela pode prorrogar por apenas um ano o financiamento, devendo pagar duas parcelas em 2006.

✓ **Securitização e PESA**

Além da prorrogação dos investimentos e custeios das parcelas de 2005, o produtor se deparou com a parcela anual da Securitização e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA).

No Paraná, com base nos dados referentes às parcelas da Securitização e do (PESA), havia em torno de três mil contratos em atraso, somente no Banco do Brasil, passíveis de serem inscritos na Dívida Ativa até o final de 2005. Este assunto foi tratado no dia 8 de novembro em Brasília, durante uma Audiência Pública da Comissão de Finanças e Tributação na Câmara dos Deputados para tratar do endividamento do setor agrícola. Nesta audiência, ficou clara a disposição do governo de não mais beneficiar os chamados devedores contumazes.

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara de Deputados deu parecer favorável dia 30 de novembro de 2005 ao Projeto de Lei (PL) 5.507/05, que prevê a renegociação das dívidas agrícolas dos produtores.

Apesar do setor pleitear uma renegociação de todas as dívidas que tramita no Congresso através do Projeto de Lei 5507/05, já aprovado na Comissão da Agricultura e Comissão de Finanças e Tributação, há ainda uma grande dificuldade em aprovar uma nova repactuação em várias instâncias do governo, especialmente no Ministério da Fazenda, o qual alega que haveria um grande impacto no orçamento que não pode ser absorvido pela União.

Diante disso, a FAEP orientou os seus produtores a tomarem medidas jurídicas preventivas. Os contratos de dívidas alongadas inadimplentes podem ser cancelados pelo Tesouro Nacional e o produtor que não tomar às medidas jurídicas cabíveis, corre o risco de ter um processo que seguirá à sua revelia, pois além de perder prazos, pode ver os bens dados em garantia serem executados. A menos que o Governo Federal repense sua postura, o caminho que o produtor deverá adotar é o da precaução via sistema judiciário.

✓ ***Dívidas com Fornecedores***

Após a manifestação do Tratoração em Brasília no final de junho, o governo havia prometido um pacote de R\$ 4 bilhões de ajuda aos agricultores atingidos pela seca e com dívidas vencidas perante cooperativas e fornecedores de insumos.

No entanto, o governo anunciou a liberação de valor 25% menor, de R\$ 3 bilhões. Além de voltar atrás nas propostas feitas para garantir o apoio à atividade rural, o governo demonstrou uma demora excessiva na liberação dos recursos do FAT para os bancos.

O programa FAT Giro Rural do governo, aprovado pela resolução 444 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), trouxe na sua formatação uma série de erros. Transformou as empresas credoras em avalistas/devedoras, instituiu um ônus de 5% ao ano sobre o financiamento para estas empresas, o que fez que muitas cooperativas e fornecedores de insumos não aderissem ao programa, tanto que a demanda por esta linha foi apenas de R\$1,2 bilhões. As empresas que aderiram tiveram problemas para aprovar seu crédito, pois esta linha de financiamento influenciava no limite de crédito no banco e muitas já estavam com a sua capacidade de pagamento completamente tomada. Houve ainda problemas para oferecer garantias nos contratos. No Paraná apenas uma grande cooperativa conseguiu atender seus produtores com esta linha do FAT e o valor estimado de liberações para todo o Brasil até novembro de 2005 era de R\$350 milhões, valor muito abaixo daquele que os produtores necessitavam. O prazo final para os produtores utilizarem os recursos da linha do FAT Giro Rural foi prorrogado para 30 de junho de 2006 através da resolução 470 do CODEFAT editada em 28 de dezembro de 2005.

17. COMISSÃO TÉCNICA DE HORTIFRUTICULTURA

Em 2005 frente à semelhança das necessidades e reivindicações do setor de frutas e hortaliças do Paraná, agregou-se à comissão de frutas, representantes de produção de hortaliças, o que contribuiu para fortalecer o setor composto principalmente por produtores de pequenas e médias propriedades.

O ponto central das reuniões realizadas foi o problema enfrentado pelos hortifruticultores no que tange ao problema “agrotóxico”. A persistir a falta de registro de produtos disponíveis para serem utilizados na produção de hortifrutí - em razão da incompatibilidade da legislação estadual com a nacional – maiores serão as dificuldades dos produtores no que se refere ao controle das doenças e pragas na produção, além de trazer danos a sua competitividade em relação aos outros estados. Outros problemas enfrentados com a deriva de agrotóxicos, causados pela má aplicação em propriedades vizinhas aos produtores de frutas, também implicam em sérios prejuízos e foram objeto de discussões.

A FAEP, diante dos fatos expostos, reivindicou as autoridades competentes, providências no tocante a falta de registro que obstaculiza o desenvolvimento da fruticultura no Estado e a adequação na Produção Integrada de Frutas (PIF). Com relação ao problema da “deriva” a mobilização de cursos de aplicação de agrotóxicos do SENAR-PR e a Campanha “Acerte o Alvo” coordenada pela SEAB regional de Londrina deram continuidade ao treinamento de produtores e a disseminação de informações sobre a importância da correta aplicação dos agrotóxicos.

O esforço empreendido na divulgação de informações sobre a melhoria da qualidade para manutenção e conquista de mercado já se traduz em resultados palpáveis constituindo uma realidade em diferentes regiões do Paraná.

As regiões de Bandeirantes, Marialva e Uraí se destacam na produção de uva fina. O município de Corumbataí-do-Sul desponta na produção de maracujá – azedo; São José dos Pinhais na produção de morango e Andirá na produção de banana.

A parceria realizada entre a FAEP, o SENAR-PR e Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba (SMAB) no programa "Curitiba Promovendo o Agronegócio Paranaense", tem como objetivo apresentar aos consumidores as marcas, a diversidade e qualidade dos produtos do agronegócio paranaense. O programa visa ainda promover, no cenário urbano o mundo rural, porquanto Curitiba responde por 37% do mercado consumidor estadual.

Entre as ações iniciais resultantes deste trabalho constam a divulgação nas dependências do Mercado Municipal, do “caqui” produzido em Campina Grande do Sul e da “ponkan” oriunda dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulisses. Os produtores destes municípios tiveram a oportunidade de verificar na prática, a importância da apresentação e da qualidade do produto na comercialização final para o consumidor, bem como da ação promocional como oportunidade para melhoria das vendas.

O valor que assume a profissionalização dos produtores na comercialização, resultou numa parceria entre a FAEP, o SENAR-PR e a Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba (SMAB), permitindo o desenvolvimento de proposta de capacitação dos produtores na área de vendas e marketing com o propósito precípua de profissionalizar a negociação e divulgação dos produtos.

A segurança alimentar, o respeito ao meio ambiente e a inocuidade alimentar são fatores de extrema importância a serem observados para que hortifruticultura paranaense possa atingir, no futuro, uma gestão empresarial mais aprimorada.

18. COMISSÃO TÉCNICA DE CANA-DE-AÇÚCAR

No ano de 2004 foram realizadas três reuniões da Comissão Técnica de Cana-de-açúcar, as quais abordaram temas pertinentes à produção e remuneração do produto.

As reuniões ocorreram em maio, agosto e outubro, meses característicos de início, transcurso e pré-encerramento de safra, propositadamente com a intenção de que pudesse haver um acompanhamento da safra principalmente em relação à comercialização.

Este segmento da agricultura caracteriza-se, na larga escala, pelo fornecimento de cana-de-açúcar às usinas de açúcar e destilarias de álcool o que garante a demanda da produção, inclusive com possibilidades de aumento de área plantada.

Neste tocante é da maior importância a representação da Comissão Técnica no Conselho de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná – CONSECAN, por este ser um fórum mensal de discussões e negociações entre os dois setores, produtivo e industrial, para definição e divulgação dos valores de remuneração da cana básica.

Através das discussões realizadas nas reuniões da Comissão Técnica foram levantados questionamentos e propostas que posteriormente apresentadas ao CONSECANA PARANÁ resultaram em mudanças no modelo de cálculo e ganhos aos produtores. A alteração que causou maior impacto foi o reconhecimento do aumento da participação da matéria-prima na produção de álcool e açúcar, valorizando a matéria-prima e elevando sua remuneração.

19. CONSECANA PARANÁ

Com mais de cinco anos de criação, o Consecana Paraná continua reunindo mensalmente os setores produtivo e industrial para a definição dos valores referenciais para remuneração da cana básica aos produtores.

Desde sua criação em abril de 2000, motivada pela saída do governo na regulamentação do setor, o Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná vem superando o desafio de organizar fornecedores e compradores de cana-de-açúcar para apresentar ao setor o preço do ATR – açúcar total recuperável praticado no mês e a projeção do preço do ATR para toda a safra.

Tendo como entidades mantenedoras a FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná, representando o setor produtivo, o SIALPAR – Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do Paraná e o SIAPAR – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná representando o setor industrial, o Conselho garante a transparência e credibilidade do modelo através de convênio firmado com a Universidade Federal do Paraná que realiza a coleta, compilação e análise dos dados de comercialização mensais obtidos diretamente com os representantes das usinas e destilarias do Estado que adotam o Modelo Consecana em suas negociações.

Um aspecto imperativo observado na condução dos trabalhos do Consecana é a liberdade de expressão e negociação entre os setores e a forma clara com que são abordados temas complexos como oscilações cambiais, mercados futuros e contratos de exportação e seus impactos no setor sucroalcooleiro nacional.

Isto significa dizer que deve haver e há uma comunhão de interesses entre os participantes do Conselho visto que os preços de comercialização do álcool e do açúcar, tanto no mercado interno quanto no mercado externo têm relação direta nos valores de remuneração da cana-de-açúcar ao produtor conforme o mix de produção e influenciado pelas políticas de comercialização adotados pela indústria.

O papel desempenhado pelo Conselho é de vital importância neste momento em que a nova matriz energética nacional é colocada nas mesas de discussões do país, em um contexto de desenvolvimento, aumento de áreas plantadas e de produtividade pela expectativa de aumento da demanda mundial na busca de fontes de energia renováveis.

20. COMISSÃO TÉCNICA DE CAFÉ

Um dos principais focos da Comissão Técnica de Cafeicultura em 2005 foi a discussão de formas para alterar a imagem da qualidade do café do Paraná. A Comissão indicou para que fosse patrocinado o Concurso de Qualidade de Café do Paraná, realizado anualmente, e que foi atendido pela FAEP como forma de apoiar e estimular os cafeicultores paranaenses.

Em outra ação, a FAEP enviou um representante da Comissão para o Congresso Mundial do Café ocorrido em Salvador. Posteriormente, foram relatadas todas as palestras ocorridas no Congresso aos membros da Comissão e disseminado informações importantes sobre o mercado mundial do café, exportações e tendências do mercado.

As Associações de Cafeicultores mereceram a criação de um grupo de trabalho formado por representantes destas, membros da Comissão e EMATER-PR. Este grupo de trabalho realizou duas reuniões de trabalho para tratar exclusivamente de comercialização e alternativas de escoamento de produção.

A principal palestra proferida para os cafeicultores foi sobre um projeto de comercialização apresentado por uma corretora de Curitiba. O projeto é uma alternativa de comercialização que envolve a agregação de valores para a commodity café, como a certificação de qualidade e origem, que possibilita a rastreabilidade e o cumprimento das normas da EUREPGAP (EUREP - Euro Retailer Group Produce - GAP - Good Agricultural Practices).

21. VIAGENS TÉCNICAS

As viagens técnicas que o sistema FAEP promove têm possibilitado ampliar os conhecimentos a respeito de nossos concorrentes e do mercado internacional, em especial quanto à dinâmica da política econômica adotada pela Comunidade Européia,

que atinge diretamente o setor agrícola europeu e tem reflexos para a agropecuária brasileira.

21.1 Europa

As viagens técnicas à Europa realizadas nos meses de maio, junho e setembro de 2005, por comitiva de produtores rurais, técnicos da FAEP, SENAR, Emater e Ocepar, que percorreram de ônibus a Espanha, França, Alemanha e Itália, conhecendo entidades patronais, cooperativas, propriedades de pecuária de leite e de corte, de frutas, de vinicultura, mercados distribuidores de produtos agrícolas. Outros pontos, como o processo de organização de agricultores e da agricultura, o processo de organização para comercialização e para a sanidade animal, e algumas tecnologias modernas, turismo rural e manejo florestal formaram o conjunto de ações a serem internalizadas.

O mais importante são as grandes oportunidades que surgem com a atual situação da União Européia, ou seja, há sinalização de crescimento de um movimento onde os países da Europa estão caminhando para uma estabilização na agropecuária (pelo menos nos países visitados), por pressão da população urbana que cobra uma maior preocupação com o meio ambiente e está disposta a pagar por isto através de subsídios para manter os produtores nas suas propriedades desde que preservando o meio ambiente.

As lideranças políticas por outro lado, percebem que os subsídios estão contribuindo para a perda da competitividade agrícola o que coloca em alerta o setor produtivo que já manifesta grande preocupação com o Brasil. A recente entrada de mais 10 países do leste europeu na comunidade, abre a perspectiva de reduzir os custos de produção em função da mão-de-obra e terras com menor custo naquela região o que poderá de certa forma equilibrar um pouco as coisas.

Se por um lado abrem-se as perspectivas de mercado, por outro, surge uma preocupação no que diz respeito à qualidade e sanidade dos produtos e nos cuidados com o meio ambiente e bem-estar animal. O nível de exigência imposto pelo mercado europeu atualmente nestes quesitos, em produtos como frutas e carne bovina, por exemplo, ainda está além do que o Brasil oferece de maneira geral. Um ponto específico é a rastreabilidade por animal, ainda não completamente aceita pelos produtores brasileiros, mas já uma rotina na Europa.

Na França, a organização para a sanidade está completando 50 anos de efetiva parceria entre setor público e privado, o que lhes permite afirmar com convicção, que possuem um sistema seguro de sanidade que, se não eliminou totalmente todas as doenças de seus rebanhos, pelo menos tem estratégias de gestão sanitária de prontidão e apto a enfrentar qualquer problema nesta área.

A consciência cooperativista junto aos produtores é comum na Europa, o que tem levado ao longo dos anos à formação de pequenas cooperativas em vários setores. Existe todo um trabalho voltado para a formação dos jovens agricultores, mediante cursos de formação profissional, com o propósito de atrair os jovens para a atividade agrícola.

Em resumo, as mudanças que estão ocorrendo na Europa, trazem oportunidades e desafios para a produção brasileira. Como oportunidades, temos os ganhos obtidos em produtividade, o avanço da produção ambientalmente sustentável em função de exigências e barreiras não tarifárias impostas ao Brasil, pois se hoje isto é um dificultador, num futuro breve será uma vantagem.

Como desafios, é preciso que o dever de casa seja feito principalmente nos aspectos de sanidade e qualidade. Estes dois itens já fazem parte da cultura na Europa e a parceria entre setores público e privado tem sido um caminho facilitador para os avanços principalmente no caso da sanidade.

22. ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL

A FAEP coloca à disposição do produtor rural um sistema quantitativo e qualitativo de informações sobre a conjuntura nacional, regional e estadual, cumprindo um papel fundamental de geração e difusão de informações, contribuindo para as decisões de cada produtor sobre o quê, quanto e com que tecnologia produzir, apesar das intempéries da economia.

Objetiva despertar uma tomada de decisão consciente de todos os riscos que a atividade agropecuária envolve e a busca de ganho de escala e produtividade para redução dos custos de produção.

A sistemática abrange desde a análise de preços dos principais produtos agrícolas, safras, estoques, comércio internacional, política econômica, taxa cambial, logística e outros componentes determinantes do desempenho do mercado.

O acompanhamento conjuntural contempla o perfil dos preços agrícolas, contendo informações quantitativas e qualitativas dos principais produtos agrícolas nos mercados interno e externo, formação de preços nas principais praças e comercialização, com análise das variáveis que influenciaram os preços, a oferta e a demanda, através das bolsas internacionais, relatórios do USDA, Banco Mundial e outras ferramentas de análise conjuntural, como as relações de troca na agropecuária.

Através deste instrumento são gerados trabalhos, cujos resultados finais são sumarizados na forma de artigo via Boletim Informativo e via Internet. Também são veiculadas via Internet as análises dos relatórios mensais do USDA de oferta e demanda mundial de soja, trigo e milho. No ano de 2005 foi disponibilizado, via site da FAEP, o monitoramento do clima nos Estados Unidos, no período de desenvolvimento das culturas de soja e milho.

Em 2005 foram elaborados entre outros estudos: “A queda de renda do produtor rural – 2004”; “Comportamento Preços Recebidos pelos Produtores em 2004”; “Estimativa de Perdas de Receita (soja, milho, trigo) via efeito seca, queda dos preços internacionais e desvalorização cambial”; “Perda de renda nas exportações do agronegócio” e “Paraná – Relações de Troca na Agricultura –2005”.

O Banco de Dados permite o monitoramento dos macros indicadores de produção, demanda, exportação, importação dos principais produtos agrícolas, efetuando o mapeamento das informações, armazenadas de forma a garantir séries históricas, confiabilidade e acompanhamento em tempo real.

23. CASA EM ORDEM

A consciência de viver numa época turbulenta, em que a pressão legal para o cumprimento da função social da propriedade se torna exacerbada, razão pela qual o produtor rural precisa se cercar de todos os cuidados, conduziu à criação, em julho de 2003, do programa “Casa em Ordem”, como instrumento de esclarecimento e apoio ao produtor rural com o propósito de evitar problemas maiores.

Os treinamentos e o manual "Casa em Ordem" esclarecem nove temas importantes para o produtor: Reserva Legal, Ato Declaratório Ambiental (ADA), Outorga do Uso da Água, Declaração para Cadastro de Imóveis (DP-INCRA), Imposto Territorial Rural (ITR), ICMS, Requisitos Trabalhistas, Legislação Previdenciária e Legislação Geral. O manual parte da função social, inscrita na Constituição de 1988, pela qual a

propriedade deve ter "aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores".

Apesar de algumas exigências da legislação atual serem injustas e inadequadas para os produtores, devem ser obedecidas enquanto não puderem ser revogadas ou modificadas, o que tem sido um dos objetivos da luta da FAEP.

A intenção precípua consiste em apresentar noções gerais de como o produtor pode se proteger e incentivá-lo a buscar ajuda nos sindicatos rurais ou na Federação.

No segundo semestre de 2004, ampliando a área de alcance, o Programa foi estendido às turmas do Programa Empreendedor Rural, com realização de palestras, igualmente direcionadas a manter a "casa em ordem". Entre 2004 e 2005 foram mais de 7.100 mil empreendedores.

24. SEMINÁRIOS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Uma parceria entre FAEP, Senar Paraná, Superintendência Estadual e Secretaria da Receita Previdenciária do INSS e Delegacia Regional do Trabalho promoveu uma série de seminários sobre Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho no Campo norma regulamentadora nº 31/05 do Ministério do Trabalho. A abertura da série foi realizada em Paranavaí no dia 15 de abril, com a participação do ministro Gelson de Azevedo, do Tribunal Superior do Trabalho.

Outros seminários foram realizados em Francisco Beltrão, Cornélio Procopio, Umuarama, Pato Branco, Guarapuava, Arapoti, Ibaiti, Londrina, Curitiba e Maringá, com a participação de 1.232 advogados, técnicos em segurança do trabalho e produtores rurais.

25. COMUNICAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA FAEP

Encarregada de divulgar as ações e de elaborar os periódicos e noticiários do Sistema FAEP, a Assessoria de Comunicação Social responde pela edição semanal de uma publicação impressa que circula há quase 20 anos no Paraná. Hoje o Boletim Informativo tem uma mala de 26 mil assinantes.

Além da versão impressa convencional enviada gratuitamente pelos Correios, este ano o BI passou a ser oferecido também no formato html- sua edição eletrônica enviada por e-mail. Para fazer parte desta nova mala (newsletter) basta o assinante pedir por telefone ou enviar correspondência à FAEP neste sentido. O setor foi ampliado, ganhando um arquivo de imagens digitais da agricultura e pecuária do estado.

O site da FAEP também disponibilizou o FALE CONOSCO, um novo espaço de contato para sindicatos e produtores enviarem e-mails com suas dúvidas, pedidos e propostas para a Federação responder.

Pode-se dizer que o Boletim Informativo é hoje uma das mais completas publicações elaboradas para os produtores paranaenses, além de um eficiente canal de transmissão sobre as ações políticas e administrativas que a Federação desenvolve. Apresenta os temas de debate e a defesa da categoria econômica agropecuária. Uma vez por mês circula com a relação dos cursos oferecidos pela FAEP e pela Administração Regional do Paraná do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Transmite as últimas informações e análises das assessorias do Departamento Técnico Econômico sobre os preços e tendências comerciais dos mercados brasileiro e mundial.

Traz também relacionados os principais índices e taxas da economia nacional, além de acompanhamentos de preços divulgados pelo Consecana e Conseleite Paraná. O setor de Comunicação Social, integrado por três jornalistas, também continua a oferecer duas vezes por semana um noticiário de rádio, que é remetido pela Internet para todos os sindicatos rurais. Atua tanto em coberturas internas como externas, a exemplo dos encontros e reuniões das comissões técnicas e da visita de uma delegação norte-americana ao pólo de produção de lácteos em Carambeí.

Por intermédio do site imprensa@FAEP.com.br a Assessoria de Comunicação do Sistema FAEP divulga diariamente informações da política agropecuária, com ilustrações e fotografias, emite releases e sugestões de pautas aos principais veículos da imprensa do Estado.

26. SINDICAL

Nos últimos anos o Sistema Sindical Rural no Paraná preocupou-se em resolver pendências em relação a cada uma das unidades, através da regularidade do sindicato diante do Sistema e principalmente perante a legislação.

Como subsídios técnicos foram duas as ferramentas que, pelo segundo ano são fundamentais para o trabalho do Departamento: os programas de Contabilidade Sindical e Controle Sindical puderam proporcionar agilidade e precisão nas informações administrativas dos sindicatos.

Paralelamente ao trabalho de acompanhamento e auxílio na regularidade sindical, o Departamento manteve-se comprometido com seu papel de suporte na prestação de serviços no sindicato rural. A transferência de informações por palestras e treinamento para produtores e funcionários de sindicatos foi a forma encontrada para esclarecer a razão da existência do Sistema Sindical Rural no Paraná.

26.1 Parcerias

Parceria com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP

A parceria com Instituto Ambiental do Paraná – IAP, tem como objetivo ampliar a possibilidade de emissão das Certidões Negativas Ambientais – CND's, e possibilitar aos produtores rurais um diferencial a mais, com desoneração de custos e economia de tempo. Em julho de 2002 foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica, no qual a FAEP poderia credenciar os sindicatos rurais para também emitirem a Certidão Negativa Ambiental. A partir do Convênio, o sindicato rural é o responsável pelo recolhimento da taxa e o produtor recebe de imediato a documentação.

Em 2005 foram emitidas 16.680 Certidões Negativas Ambientais.

✓ Parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Em continuidade à parceria com o INCRA, foram realizados cursos de treinamento para o preenchimento eletrônico da Declaração de Imóveis Rurais e do Ato Declaratório Ambiental (ADA). Foi disponibilizado aos sindicatos o programa de computador DP+ADA e efetuado treinamento para 57 participantes, distribuídos em duas turmas. Recepção, análise de formulários e anexos no total de 2.500 declarações.

✓ **Parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA**

Preenchimento eletrônico e encaminhamento ao IBAMA do Ato Declaratório Ambiental (ADA), obrigação legal dos produtores rurais que tenham informado na declaração do ITR possuir áreas de preservação permanente e/ou utilização limitada (reserva legal, reserva particular do patrimônio natural e servidão florestal). Foram realizadas as análises preliminares e efetuado protocolo junto ao IBAMA.

Cursos, Palestras e Serviços

✓ **Curso ITR 2005**

Foram realizados quatro cursos, visando orientar o preenchimento correto da declaração do Imposto Territorial Rural - ITR/2005, para 112 participantes. As declarações foram preenchidas com o apoio da Sala do Produtor.

O correto preenchimento reveste-se de importância porquanto deve conter informações reais da produção agrícola e pecuária paranaense e valores de terra justus.

✓ **Valor da Terra Nua**

Em 2005 foram realizadas três reuniões com técnicos do DERAL/SEAB, em Curitiba, onde o principal foco foi a reivindicação que os sindicatos rurais sejam consultados no levantamento dos valores de terra nua, um assunto de fundamental importância, haja vista os desdobramentos resultantes.

Na seqüência foi elaborada proposta para a realização de um fórum com o objetivo de discutir os dados coletados, bem como a metodologia utilizada pelo DERAL.

Não havendo um posicionamento e esgotados todos os esforços de natureza técnica, a FAEP questionou oficialmente, apresentando dados comparativos e laudo de perícia provando a existência de divergências.

✓ **Curso Módulo Rural**

Buscando levar orientação ao produtor rural, foram realizados dois cursos sobre Módulo Rural com o objetivo de esclarecer o enquadramento sindical e distribuição do manual. Foram realizados dois treinamentos para 57 participantes.

✓ **Curso sobre Rotinas Trabalhistas**

Foram realizados três cursos de Rotinas Trabalhistas para 48 participantes visando capacitar funcionários dos sindicatos rurais no tocante ao registro em carteira de trabalho e às providências exigidas pelas leis do trabalho. Foram dadas orientações via telefone, e-mail e no Sindicato On Line, sobre os direitos do empregado na rescisão e encargos incidentes sobre as verbas.

✓ **Convenções Coletivas de Trabalho**

É parte integrante das ações da FAEP a orientação e acompanhamento dos sindicatos rurais com referência às Convenções Coletivas de Trabalho. Anualmente é encaminhado um Manual de Orientações sobre o assunto, com detalhamento de todos os procedimentos necessários para a negociação.

Os conteúdos objetivam informar sobre outras possibilidades determinadas pelas circunstâncias impostas no relacionamento entre o sindicato patronal rural e dos trabalhadores.

No ano de 2005, foram abrangidos 101 municípios, contemplando a formação de Comissão de Conciliação Prévia (78); e Dissídios Coletivos (três).

✓ **Sindicalismo Rural**

Foram realizadas quatro palestras sobre Sindicalismo Rural com o objetivo de conscientizar os produtores sobre a importância de trabalharem unidos e motivados.

✓ **Curso sobre Norma Reguladora nº 31**

Em 2005 foram realizados 11 encontros sobre a Norma Regulamentadora n.º 31, alcançando 1.232 produtores rurais, em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho – DRT/PR e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

✓ **Curso sobre Rotinas Previdenciárias**

Foram realizados três cursos sobre Rotinas Previdenciárias com o objetivo de capacitar funcionários dos sindicatos rurais no preenchimento de formulários do INSS, analisar documentos e encaminhar às agências da Previdência, contemplando 48 participantes.

✓ **Curso sobre Planejamento Tributário Rural**

Em 2005 foram efetuados dois cursos sobre Planejamento Tributário Rural visando capacitar funcionários dos sindicatos rurais no correto preenchimento das Declarações de Imposto de Renda e obtenção dos benefícios da lei.

✓ **Sala do Produtor Rural**

A sala do produtor foi implantada em 1999, com disponibilização de um computador, uma impressora, uma TV 29", uma Vídeo k-7 e uma antena parabólica. Também foram implementadas ações visando o aperfeiçoamento e treinamento intensivo de caráter operacional em informática, de níveis básico e avançado, para funcionários e treinamento de nível básico para os Dirigentes Sindicais. A sala do produtor dentro dos seus objetivos é utilizada pelos sindicatos rurais para prestar informações e serviços para os produtores rurais.

Dentre os principais serviços ofertados constam: informação de cotações de produtos agrícolas, previsão meteorológica; preenchimento do ITR; preenchimento Imposto de Renda; preenchimento do cadastro do INCRA; e recolhimento de guias de obrigações fiscais entre outros.

Em 2005 foram entregues, com Termo de Comodato, cinco Salas do Produtor, totalizando 168 sindicatos rurais equipados com TV, vídeo K7, parabólica e computador.

26.2 Contabilidade Sindical

A maioria dos sindicatos rurais filiados continuou dispondo dos serviços contábeis da FAEP. Além de ter um custo zero para escriturar sua contabilidade na FAEP, o sindicato rural pode contar com a certeza de estar cumprindo com a legislação através de procedimentos rígidos e acompanhamento técnico permanente.

Para agilizar a contabilidade, foi implantado o Sistema de Contabilidade Sindical, um *software* desenvolvido "sob medida" para sindicatos que permite que o próprio sindicato faça parte do processo de escrituração dinamizando as rotinas. Ao mesmo tempo, foram oferecidos quatro treinamentos com a participação de 98 sindicatos.

26.3 Assessoria de Previdência Social Rural

O prazo limite para o segurado especial aposentar somente com a comprovação de atividade (sem recolhimento específico), conforme Art. 143 – Lei n.º 8.213/91 – Vigência até 25 de julho de 2006.

Este assunto faz parte da pauta do Sistema CNA-FAEP a partir da nova Legislação Previdenciária (Lei n.º 8.213 de 24 de julho de 1991).

O referido dispositivo concede ao trabalhador rural segurado especial, empregador IIB no enquadramento sindical, por explorar área superior ao módulo rural e produzindo em regime de economia familiar, o direito de requerer aposentadoria por idade sem comprovação de recolhimento de contribuição até 25 de julho de 2006.

Assim, a FAEP, através da Assessoria de Previdência Social elaborou proposta para que após aquela data, este produtor possa continuar a ter os mesmos direitos, entretanto através de contribuição individual distribuída entre os membros da unidade familiar.

O assunto foi submetido ao Conselho Estadual de Previdência, que constituiu grupo de trabalho para estudo e posterior encaminhamento ao Ministério da Previdência Social - Conselho Nacional de Previdência.

26.4 Trabalhador Avulso Rural

Diante do problema enfrentado há anos pelos proprietários rurais no que diz respeito à contratação de mão-de-obra temporária, o Sistema FAEP enxerga como solução prática o reconhecimento do chamado “bóia-fria” como trabalhador avulso rural. Assim, o sindicato de trabalhadores seria o gestor da mão-de-obra, exemplo: categoria dos ensacadores e portuários. Todavia, esta categoria não tem o reconhecimento legal dos órgãos públicos. Entretanto, também, a FAEP através da Assessoria de Previdência Social, tem procurado demonstrar a necessidade desse reconhecimento.

Recentemente, através de trabalho elaborado para defesa de produtor rural que teve autuação fiscal expedida pelo INSS, por ter utilizado a mão-de-obra de “bóias-frias” em dias e meses alternados de trabalho, foi obtido indicativo que o vínculo permanente de emprego não existe e que o trabalhador poderá ter a sua categoria de avulso reconhecida.

Os indicativos estão contidos em decisão da Justiça Federal de Francisco Beltrão, que suspendeu a autuação fiscal, possibilitando ao Sistema CNA-FAEP rediscutir o assunto junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

26.5 Encontro de Produtoras Rurais

O Sistema FAEP vem implementando desde 2001 ações visando o fortalecimento de lideranças rurais femininas no Estado do Paraná, materializado com o encontro em Toledo onde mais de 1.200 mulheres reuniram-se para discussão de assuntos e temas direcionados à mulher produtora.

A partir de 2004 foram reunidas na sede da FAEP, em Curitiba, um grupo de mulheres de diversas regiões do Paraná com o objetivo de oferecer às produtoras rurais uma oportunidade de crescimento pessoal e também de valorização, buscando a reafirmação da importância da mulher na família e na propriedade.

Foram promovidos nos anos de 2004 e 2005 eventos nos municípios de Pato Branco, Cascavel, Campo Mourão, Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá, Cornélio Procopio e Tibagi, entre outros, com um público alvo superior a 10 mil mulheres, com abordagem de temas como: gestão de propriedade, agronegócio, liderança e saúde.

27. FÓRUM FUTURO 10 PARANÁ

O Fórum Futuro 10 Paraná realizado entre os meses de junho e dezembro reuniu as principais lideranças empresariais, sociais e políticas do Estado para discutir e apresentar um plano estratégico integrado para o desenvolvimento do Paraná. Foi uma oportunidade única de criar referências, encontrar soluções e assumir coletivamente a responsabilidade pelo futuro paranaense.

O fórum foi uma iniciativa da RPC – Rede Paranaense de Comunicação - e realização da FAEP, FECOMÉRCIO, FACIAP, FIEP, SEBRAE-PR, ACP e OCEPAR.

O setor agropecuário (FAEP) esteve presente nos encontros através de seus dirigentes sindicais locais e dos produtores rurais que participaram do PER – Programa Empreendedor Rural - com a expectativa da criação de um plano estratégico estadual que possibilitasse a participação da iniciativa privada em conjunto com o governo, para a implantação de ações que resultem em melhorias da qualidade de vida, com a geração de empregos e a agregação de renda para o povo

paranaense. Foram quase 800 participantes que não permitiram que o meio rural fosse esquecido nas discussões.

Para os empreendedores rurais – PER Fase III, a participação no fórum transformou-se em um grande laboratório onde puderam ser exercitadas todas as teorias estudadas ao longo do programa. Um belo exercício de cidadania.

A fim de garantir a representatividade de todo o estado, foram realizados 8 encontros regionais nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Umuarama, Curitiba e Guarapuava, onde mais de 5.000 líderes discutiram 11 temas transversais de influência na sociedade:

- ✓ Comércio, Turismo e Serviços
- ✓ Saúde e Qualidade de Vida
- ✓ Cultura e Educação
- ✓ Segurança
- ✓ Agronegócio
- ✓ Mobilização e Responsabilidade Social
- ✓ Meio Ambiente e Florestas
- ✓ Industrialização, Metropolização e Urbanização
- ✓ Infra-estrutura – telecomunicações, energia e logística
- ✓ Pesquisa, Tecnologia e Universidade
- ✓ Visão Política e Gestão Pública

Fechando o ciclo de reuniões foi realizado um último encontro em que 200 líderes eleitos nos fóruns regionais discutiram e consolidaram as propostas em um único documento que foi entregue em sessão solene ao Presidente da República, ao Ministro do Planejamento, ao Governador do Estado e ao Prefeito de Curitiba.

28. SEMINÁRIOS, ENCONTROS DE PRODUTORES, CURSOS E TREINAMENTOS

No ano de 2005 a FAEP, em parceria com o SENAR Paraná, investiu fortemente em cursos, seminários e treinamentos, visando informar e aprimorar produtores rurais e, em especial, os sindicatos rurais. Foram realizados 562 cursos, seminários e encontros de produtores, com 50.197 participantes.

Os cursos efetuados contemplaram diferentes áreas como Cadastramento (DP/INCRA) e Módulo Rural; Declaração de Imposto de Renda – IR do Produtor Rural;

Declaração do Imposto Territorial Rural – ITR; Gestão Agric. Agroind. Ênfase em Desenvolvimento de Habilidades Comportamentais; Gestão da Área Sindical Rural; Gestão da Pecuária de Corte; Gestão da Pecuária de Leite; Gestão na Agricultura; Gestão na Agricultura – Grãos; Gestão na Agricultura – Suinocultura; Planejamento Estratégico e Negociação Coletiva de Trabalho; Rotina, Legislação Trabalhista Previdenciária; Sindicalismo Rural; Sanidade Agropecuária; Produtores Rurais Ênfase Cobrança da Contribuição Sindical Rural; Produtores Rurais Ênfase Gestão Sindical Rural; Produtores Rurais Gestão da Propriedade; Produtores Rurais; Produtores Rurais – Caprinocultura; Produtores Rurais – Fruticultura; Produtores Rurais – Plantas Industriais – Café; Produtores Rurais – Plantas Industriais – Cana-de-açúcar; Produtores Rurais – Plantas Industriais – Mandioca; Produtores Rurais com Ênfase na Área de Infraestrutura Portuária no Estado do Paraná; Produtores Rurais com Ênfase na Cobrança da Contribuição Sindical Rural; Produtores Rurais com Ênfase no cumprimento da Legislação da Propriedade Rural; Produtores Rurais com Ênfase nos Efeitos da Crise na Agropecuária; Produtores Rurais da Região Norte Pioneiro com Ênfase na Gestão Sindical; Convenção Coletiva e Comissão da Conciliação Prévia; Meio Ambiente – Recursos Hídricos – Preservação Permanente e Reserva Legal; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho no Campo; Técnicas e Gestão da Hortifruticultura; Viagem Técnica.

29. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A partir do exercício de 1997 o Sistema Sindical Rural passou a lançar e cobrar a Contribuição Sindical Rural–CSR por transferência da competência estabelecida pela Lei nº 9393/96 (Lei do ITR), que através de convênio com a Receita Federal, repassou os dados cadastrais dos contribuintes, proprietários de imóveis rurais para o Sistema CNA promover a cobrança da CSR.

A CSR é uma contribuição parafiscal de caráter tributário, cuja arrecadação é prevista em lei. Após a promulgação da citada lei, o Sistema Sindical Rural passou a ter a obrigação legal de solver judicialmente os casos de inadimplência, imputando juros e multas em conformidade com o artigo 600, da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT. Nestes últimos anos foi organizado o Departamento de Arrecadação com equipes administrativas e jurídicas e também foram contratados advogados para a cobrança extrajudicial e judicial dos inadimplentes da CSR. No exercício de 2005 entramos com 134 processos sendo totalizado até o momento 8.361 processos.

Em 08 de dezembro de 2004 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 45, que trata da Reforma do Judiciário. Em seu artigo 114 estabelece a competência da Justiça do Trabalho e nos seus incisos I e III definiu a competência desse órgão para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, bem como as de representação sindical entre sindicatos, sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores. Diante desta nova ordem jurídica criou-se uma indefinição quanto à real competência para processar e julgar as ações relativas a cobrança da CSR. Por medida de cautela, a Diretoria da FAEP optou por não ingressar com maior número de ações, como nos anos anteriores, até que se obtenha a decisão final da competência a ser definida por tribunais de instâncias superiores.

Em relação aos processos que estão tramitando nas comarcas e no Tribunal de Justiça do Estado mantivemos os procedimentos jurídicos de interpor recursos nas instâncias superiores para as sentenças dadas contrárias para o nosso sistema, a fim de manter a normalidade processual quanto ao seu julgamento.

Com o propósito de informar sobre as questões jurídicas da cobrança da CSR e padronizar os procedimentos de natureza jurídica e administrativa foram realizadas 12 reuniões com os advogados, contando ainda com a participação de dirigentes sindicais e funcionários dos sindicatos.

Em continuidade ao trabalho de atualização do cadastro de imóveis e proprietários é importante destacar a participação dos sindicatos rurais através do envio dos ITR's feitos pelos sindicatos, sendo neste exercício enviados os cadastros de 58.940 imóveis, resultando um total acumulado de 296.013 imóveis.

O trabalho de atualização cadastral elaborado pelo Departamento de Arrecadação processou neste ano 7.029 correções, perfazendo um total de 64.436 atualizações desde o início dos trabalhos. Este trabalho tem proporcionado um elevado índice de correção no cadastro de imóveis e contribuintes do Estado do Paraná, bem como de imóveis de outras UF's, cujos proprietários residem em nosso Estado.

30. PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL

A Fase um do Programa Empreendedor Rural avança. Dos 399 municípios do estado, o programa já atingiu 308. Em 2005, outros 2.900 participantes concluíram o curso, somando-se aos 8.800 concluintes em dois anos e meio de programa. Foram

organizados ao fim de cada semestre o IV e V Encontro Estadual de Empreendedores Rurais, figurando entre os palestrantes o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Parceiros na realização do programa SENAR-PR, SEBRAE, FETAEP e FAEP, lançaram a fase de formação de lideranças. Trinta e nove turmas e um total de 800 participantes veteranos das etapas anteriores do programa aceitaram o novo desafio. Pelo período de seis meses, em 12 encontros quinzenais, com o apoio de vídeo conferências, os grupos abordaram temas relacionados a poder e participação, políticas públicas, comércio internacional, política econômica, escalas no agronegócio, associativismo rural, desenvolvimento econômico e o papel do Estado.

Paralelamente, os empreendedores foram incentivados a desenvolver projetos individuais de caráter associativo. O resultado começa a se desenhar no campo com uma maior participação do grupo no sistema sindical, nas associações de produtores, na administração pública. É a consolidação de uma confraria que pretende incrementar o perfil do setor agropecuário no Paraná.

Uma pesquisa de avaliação do programa foi realizada em três etapas: antes do início da primeira edição do programa, chamado “marco zero”, ao final do treinamento e um ano após do treinamento, para dimensionar a eficácia do programa. As entrevistas da terceira etapa foram realizadas em janeiro de 2005. Os resultados comprovam a eficácia do programa no desenvolvimento de atividades empreendedoras.

31. SENAR-PR

Em 2005, o SENAR-PR experimentou um aumento de 39% no número de cursos de formação profissional rural em relação a 2004. A média de cursos realizados chegou a 600 eventos por mês. Nos meses de julho e agosto o índice ficou acima dos 700 cursos e em junho foram realizados 815 cursos só na área de formação profissional rural. A tendência de crescimento já registrada em anos anteriores se acentuou, resultado que o SENAR-PR atribui aos reflexos de um mercado cada vez mais exigente. No ano foram realizados 7.500 cursos de formação profissional atendendo 150.000 participantes.

Na área de formação profissional rural, além dos cursos de qualificação técnica, destaque mais uma vez para a área de gestão do agronegócio com o programa Empreendedor Rural, que este ano levou a campo a fase de desenvolvimento de lideranças. Outros títulos bastante procurados estão relacionados ao Turismo Rural,

Artesanato e Transformação caseira de alimentos, uma demonstração de que o produtor rural está buscando diversificar as atividades na propriedade e agregar valor à produção.

Na área de promoção social, o Agrinho completa dez anos mantendo o número de mais de 1,5 milhão de crianças e professores atingidos pelo programa na rede pública de ensino do estado. O Programa Família e Qualidade de Vida lançou módulos para casais e terceira idade, além do curso dirigido a mulheres do meio rural. A inovação representou um aumento de 30% na demanda de cursos em comparação com o ano anterior.